



Universidade Federal  
de Campina Grande



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DIRETORIA DE POLÍTICAS DE  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

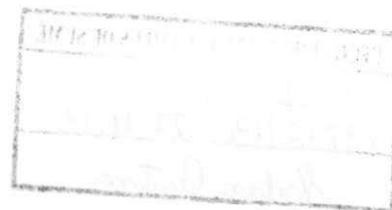
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS  
SOLIDÁRIOS CAMPUS I CAMPINA GRANDE-PB  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO-CDSA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM  
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

**DAMIÃO DOS SANTOS LOPES**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS E TRABALHO ASSOCIADO NA ASSOCIAÇÃO DOS  
CRIADORES DE CAPRINOS DE SUMÉ-PB (ACCS)**

**SUMÉ-PB  
2013**

**DAMIÃO DOS SANTOS LOPES**



**PRÁTICAS EDUCATIVAS E TRABALHO ASSOCIADO DA ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CAPRINOS DE SUMÉ-PB (ACCS)**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano promovido pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - no semestre 2013.2, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. M<sup>a</sup>. Conceição Gomes de Miranda (UFCG/CDSA/UAEDUC).



L864p Lopes, Damião dos Santos.

Práticas educativas e trabalho associado na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé-PB. / Damião dos Santos Lopes. - Sumé - PB: [s.n], 2013.

57f.: gr.: qd.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Miranda Campêlo.

Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária do Semiárido Paraibano.

1. Economia solidária. 2. Práticas educativas. 3. Trabalho associado. 5. Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé-PB. I. Título.

UFCG/BS

CDU: 37:334.73(043.3)


**DAMIÃO DOS SANTOS LOPES**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS E TRABALHO ASSOCIADO NA ASSOCIAÇÃO DOS  
CRIADORES DE CAPRINOS DE SUMÉ-PB (ACCS)**

**BANCA EXAMINADORA:**

  
\_\_\_\_\_  
PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE MIRANDA (UFCG-CDSA)  
(Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
PROF<sup>o</sup>. MS. ALEX BRUNO FERREIRA MARQUES DO NASCIMENTO (UFCG-CDSA)  
(Examinador)

  
\_\_\_\_\_  
PROF<sup>o</sup>. MS. LUIZ ANTONIO COELHO DA SILVA (UFCG-CDSA)  
(Examinador)

APROVADO EM 11 DE OUTUBRO DE 2013.





*A Deus, por sempre guiar os meus passos, dando-me força e sabedoria.  
A minha orientadora M<sup>a</sup>. Conceição Miranda, por ter dedicado tão gentilmente  
seus sábios conhecimentos a nossa pesquisa.  
Com todo meu amor e carinho, a minha avó Luiza, por seu exemplo de vida, de força,  
superação e generosidade.  
Com carinho, aos meus pais e irmãos.  
Especialmente, a meu amado irmão gêmeo Daniel, pela importância que tem na minha vida.*

**Dedico.**

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal investigar as práticas educativas que contribuem para o trabalho associado na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé-Paraíba (ACCS). O mesmo consiste num estudo de caso que proporcionou a análise dessa associação, fazendo um trabalho descritivo-exploratório do tema desta pesquisa. A investigação de natureza quali-quantitativa se deu através da aplicação de questionários a 10 (dez) associados dessa sociedade civil. Para tanto, realizou-se visitas *in-loco*, que proporcionou o contato direto com pessoas, lugares e o objeto de estudo, a partir da técnica de observação não participante. Utilizou-se ainda fonte de dados primárias obtidas junto ao departamento administrativo da ACCS que disponibilizou cópias do Estatuto e Atas de reunião da associação, e a pesquisa bibliográfica ao se realizar o levantamento bibliográfico acerca do tema em estudo. Os resultados obtidos mostram que a associação investigada não tem realizado rotinas de atividades. Entretanto, este estudo mostra que a realização de práticas educativas no âmbito da Associação de Criadores de Caprinos de Sumé-PB, que relacione educação de base popular e trabalho associado, pode propiciar aos associados experiências e aprendizagem dos princípios da Economia Sólida, tais como: a democracia, autogestão, cooperação, participação, autonomia e emancipação, integração e a solidariedade.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Práticas educativas. Trabalho associado. Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé.

## ABSTRACT

This study aimed to investigate the educational practices that contribute to the associated work in the creators of Goats Association of Sumé ( ACCS ) - Paraíba . This work consists in a study of case that provided the analysis of this association, making a descriptive - exploratory work of this research . This qualitative and quantitative reaserch was done through the use of questionnaires to ten ( 10 ) members of this society . For this, we carried out visits in place, which allowed direct contact with people , places, and the object of study , from the non-participant observation technique . Was also used primary data source obtained from the administrative department of ACCS which provided copies of the Estatute and Minutes of meeting of the association , and the bibliographic research when performing the literature on the topic under study . The results obtained here show that investigated association has not conducted routine activities . However, this study shows that the realization of educational practices within the Sumé Creators of Goats Association that relates education and associated work , Will promote experiences of the social economy principals to the associated , such as : democracy , self-management , cooperation, participation, autonomy and emancipation , integration and solidarity.

**Keywords:** Solidarity Economy. Educational Practices. Associated Work.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Faixa etária .....	31
<b>Figura 2</b> - Estado civil .....	32
<b>Figura 3</b> - Número de prole/sujeitos.....	32
<b>Figura 4</b> - Escolaridade .....	33
<b>Figura 5</b> - Satisfação na profissão .....	34
<b>Figura 6</b> - Exerce cargo/função na associação .....	37
<b>Figura 7</b> - Participo das atividades na associação .....	42
<b>Figura 8</b> - Participo na tomada de decisões na associação .....	43
<b>Figura 9</b> - Ampliação de atividades na associação.....	44



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Desejo em ocupar cargo/função na associação.....	37
<b>Quadro 2</b> - Trabalho associado e trabalho capitalista .....	38
<b>Quadro 3</b> - Desejo ampliar/aperfeiçoar o trabalho associado .....	39
<b>Quadro 4</b> - Socialização das experiências do trabalho associado .....	39
<b>Quadro 5</b> - Mudanças nas condições de vida dos associados .....	40
<b>Quadro 6</b> - Rotina de atividade(s) da associação .....	41
<b>Quadro 7</b> - Projetos financiados na associação .....	42
<b>Quadro 8</b> - Sugestões dos associados.....	44



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPITULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>13</b>
1.1. Breves reflexões sobre o conceito de educação .....	13
1.2. Educação popular, Educação de Jovens e Adultos como práticas educativas libertadoras .....	14
1.3. Perspectivas da Economia Solidária para a relação Educação e Trabalho.....	18
1.4. O Trabalho associado como campo de ensino-aprendizagem.....	22
1.5. Caprinocultura leiteira como estímulo à prática do trabalho .associado no cariri paraibano .....	25
<b>CAPITULO 2 - METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
2.1. Descrição do local e sujeitos de pesquisa.....	28
2.1.1. A Associação de Criadores de Caprinos de Sumé - Paraíba .....	29
<b>CAPITULO 3 - APRESENTANDO DADOS E ANALISANDO RESULTADOS.....</b>	<b>31</b>
3.1. Conhecendo o perfil dos sujeitos da pesquisa .....	31
3.2. descrição das atividades educativas e do modo de trabalho na associação de criadores de caprinos de Sumé-PB. ....	35
3.3. Que práticas educativas contribuem para o trabalho associado na ACCS? .....	45
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>57</b>



## INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios no campo da Economia Solidária é promover a educação das pessoas para outro modo de economia que é oposto a cultura do Capitalismo. Neste sentido, o trabalho associado vem se configurando como um caminho possível na construção da relação educação e trabalho, por se caracterizar como campo de práticas educativas, construção de saberes e formação dos sujeitos.

Neste processo, amplia-se a concepção da educação, tendo em vista que, as pessoas se educam e apreendem em todas as relações humanas, ou seja, as práticas educativas sucedem em diversos e diferentes movimentos, segmentos e espaços da sociedade. Conforme Tiriba e Fisher (2012, p. 3): “[...] no cotidiano dos processos de produção da existência humana, nas diversas instâncias das relações sociais, que os saberes vão se tecendo. Pelas experiências vividas e percebidas é que são construídos os saberes sobre o mundo.”

Tais reflexões apresentadas aqui apontam para a necessidade de reflexão e aprofundamento sobre os processos de construção de saberes e práticas educativas em outros espaços da sociedade, neste caso, no trabalho associado. Por que apesar de existirem estudos e pesquisas que têm preocupação em analisar o novo sentido e cultura do trabalho, no entanto constatou-se a partir das fontes já consultadas, de modo geral, que no contexto brasileiro ainda são poucos os estudos abordando a temática Trabalho como princípio educativo que tente articular trabalho e educação, havendo uma maior escassez quando observado do ponto de vista de investigação local - regional.

Entretanto, ampliou-se a possibilidade de estudos, pesquisas e reflexões na perspectiva da relação trabalho-educação, articulando estes dois campos de conhecimento em contexto local - regional, no Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano organizado pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES) em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande. O curso é desenvolvido em todos os sete campi da UFCG, visando à formação de profissionais da Educação com capacidade para atuar como multiplicadores nessa área, melhorar os aspectos educativos nesta temática, promovendo atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias participativas e de autogestão.

Na estreita dessa proposta, necessário se faz problematizar experiências e as práticas sociais, em especial, a relação educação-trabalho em espaços do trabalho associado. Nesse

sentido, desenvolvemos um estudo de caso em uma associação de caprinocultores da cidade de Sumé-Paraíba.

Esta investigação sobre práticas educativas e trabalho associado teve como cenário mais específico a análise da Associação de Criadores de Caprino de Sumé-PB (ACCS). A questão que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi: Quais as práticas educativas que contribuem para o Trabalho associado na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé-PB (ACCS)?

É uma pesquisa de natureza descritivo-exploratória, sendo que nos estudos exploratórios, segundo Cervo e Brevian, 19 p. 48) “não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo”. Sendo assim, nosso interesse é investigar as práticas educativas que contribuem para o trabalho associado na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé (ACCS). E, como objetivos específicos, pretendemos: descrever o processo de formação, organização e as ações da ACCS, com base no trabalho associado; identificar e caracterizar as práticas educativas dessa associação escolhida, observando a participação e as experiências dos associados; analisar as práticas educativas produzidas pelo trabalho associado da ACCS à luz dos conceitos de Educação, Economia Solidária e Trabalho associado.

A importância deste estudo vincula-se à possibilidade de ampliar as discussões sobre as práticas educativas e trabalho associado, que observando-o do ponto de vista das fontes já consultadas sobre Educação e Economia Solidária, pode proporcionar a construção de um olhar crítico e reflexivo no que tange ao trabalho associado no Cariri Paraibano, bem com será uma contribuição acadêmica, complementando as inquietações sobre esse tema de pesquisa.

É motivado ainda pela vontade em contribuir para a sistematização e problematização dos saberes do trabalho associado da Associação dos Criadores de Caprinos da cidade de Sumé-Paraíba e pela necessidade de expor suas principais dificuldades e fragilidades, além de apontar novas perspectivas para o modo de trabalho dessa associação.

Para o desenvolvimento deste trabalho adotamos dois tipos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, que servirá de subsídio teórico, tanto para a construção das informações, quanto para a orientação e sustentabilidade no processo de análise do assunto em estudo; e a pesquisa documental obtida junto ao departamento administrativo da ACCS que foi disponibilizou cópias do Estatuto e Atas de reunião da associação. A abordagem da pesquisa é quali-quantitativa, pois buscamos, a partir de descrições tanto qualitativas quanto quantitativas, o entendimento, a interpretação e a compreensão sobre práticas educativas no trabalho

associado de acordo com a perspectiva dos sujeitos/participantes do estudo. Trata-se de uma pesquisa de Campo realizada na associação com base na aplicação questionários, a partir da técnica de observação não participante e visitas *in-loco*, que proporcionaram ao pesquisador a possibilidade de observar os fatos, sem tomar parte deles, mas podendo fazer o registro e a coleta das informações.

Nossos subsídios teóricos sobre o conceito de Educação Frantz (2011), Brandão (1985), Pinto (2010); no que se refere à Educação Popular e EJA, baseamo-nos em Freire Paulo Freire (1978, 1987, 2011), Gadoti (2005) Brandão (2008) e outros; quanto à Economia Solidária fundamentamo-nos em Singer (2002 e 2005), Schmitz (2010) Arruda (2005) e outros mais; em relação ao Trabalho associado baseamo-nos em Adams (2010), Novaes e Castro (2011), Tiriba (1998 e 2008), Nascimento (2011) entre outros.

Este trabalho está estruturado, além desta introdução, em três capítulos. O primeiro capítulo, dedicado à fundamentação teórica, apresenta as reflexões base para o estudo de práticas educativas e trabalho associado. No segundo capítulo discorre-se sobre os procedimentos metodológicos adotados, justificando-se a viabilidade dos mesmos para com o desenvolvimento da pesquisa. O terceiro e último capítulo é dedicado à descrição, análise e discussão dos dados; encontram-se nessa parte, primeiramente, a descrição dos dados obtidos junto aos sujeitos na pesquisa de campo, a partir de exposição de figuras e quadros além de comentários analíticos; em seguida, encontra-se a análise qualitativa dos resultados à luz dos principais conceitos que constituem o referencial teórico deste estudo. Por fim, tem-se a conclusão.

## CAPÍTULO 1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1. Breves reflexões sobre o conceito de educação

De acordo com Frantz (2011), a educação é um fenômeno intrínseco a existência da humanidade, e tem muitas definições, compreensões ou explicações, podendo acontecer em diferentes lugares e de diversos modos. Nesse sentido, a educação compreende “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 2010, p. 10).

A educação pode ser diferenciada nos seus sentidos amplo e restrito, conforme sintetiza Libâneo (2002):

Em sentido amplo, a educação compreende o conjunto dos processos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não-intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não. [...] Em sentido estrito, a educação diz respeito a formas intencionais de promoção do desenvolvimento individual e de inserção social dos indivíduos, envolvendo especialmente a educação escolar e extraescolar. (LIBÂNEO, 2002, p. 81 *apud* ADAMS, 2010, p. 30).

Diante disso, podemos entender a educação como processo abrangente que pode ocorrer tanto sob guarda institucional, denominada de educação formal, e ainda como educação não formal que compreende os processos formativos que ocorrem nos espaços não escolares, ou seja, acontecem em outros espaços, situações e relações sociais. Sendo assim, a educação abrange os processos educativos pelos quais ocorre a socialização dos indivíduos em sociedade.

De acordo com Frantz (2011) a educação compreende em sua amplitude os processos educativos da educação formal, que acontece nas instituições de ensino, onde o conhecimento é sistematizado por currículo. Sendo assim, Pinto (2010) afirma que este tipo de educação não é uma ação neutra porque não há educação sem ideia de educação, pois, a mesma se constitui de um processo social, pensado pela consciência humana através de um conjunto de interações e de interconexões da relação com o outrem em sociedade.

Entretanto, Frantz (2011) defende também que as pessoas se educam e apreendem também fora da escola, ou seja, nos outros espaços da sociedade. Para enfatizar a dimensão da educação, Brandão (1985, p. 7) afirma que,



ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (...) Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante.

Desse modo, compreendemos de acordo com Frantz (2011) que em todos os espaços da sociedade o ser humano se educa, isto é, a educação ocorre nos espaços da vida humana, em todas as suas dimensões, com todos os seus sentidos. Assim, concordamos que as práticas educativas não se dão apenas na educação escolar, mas também, em outros contextos e realidades da sociedade.

## **1.2. Educação popular, Educação de Jovens e Adultos como práticas educativas libertadoras**

Novaes e Castro (2011) observam que, há muito tempo, luta-se por uma educação emancipatória pela qual os oprimidos possam romper com os ditames do mundo capitalista, que explora e oprime a humanidade, ou seja, busca-se por uma educação que proporcionasse a formação integral do ser humano. Segundo os autores, esta perspectiva da educação perpassou por alguns séculos e ainda hoje nos inspiram.

Nesse sentido, Novaes e Castro (2011) ressaltam que no Brasil, a busca por uma educação emancipatória faz parte das lutas populares, precisamente, dos anos 1950-1960. Neste contexto, Paulo Freire se destaca entre os pedagogos libertários, iniciando suas experiências pedagógicas, que ele mesmo denominou de uma *Educação Libertadora*, fundamentada no vasto campo de Educação Popular (EP), tendo como métodos: o diálogo, a conscientização, e a libertação, uma proposta de Educação Popular da qual Paulo Freire continua sendo a referência.

A educação Popular é uma proposta pedagógica que integra a produção do saber popular, originado nos processos ou práticas educativas do povo. Conforme observa Silva (2008, p. 99):

A educação popular é um espaço em que os diversos saberes podem ser evidenciados e construídos. Um diálogo em que as realidades aparentemente estáticas possam se mover. Sendo assim, conhecimentos estabelecidos podem ser questionados para que a partir daquela realidade transcenda-se para a construção de novas realidades mais humanas, mais justas, mais solidárias, mais sensíveis às pessoas, à sociedade e ao mundo.

Nesse pensamento, a autora afirma que a educação popular configura um espaço significativo para o encontro de saberes, pois através dela pode acontecer o diálogo entre as realidades, possibilitando a construção de novos saberes e novas realidades mais humanas.

É a educação popular na perspectiva freiriana com uma proposta de educação humanizadora que envolve os sujeitos em suas distintas dimensões e potencialidades, visando o desenvolvimento humano, o processo de humanização, de socialização dos indivíduos em sociedade, considerando que o ser humano é formado ao longo da vida, de modo contínuo, sendo que suas vivências integradas por práticas formativo-educativas, nas diversas situações e espaços sociais (CALADO, 2008).

É humanizadora por ter no diálogo o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo. “É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. Consciência do mundo.” (FREIRE, 1987, p. 9). Nessa perspectiva, a educação popular configura uma prática educativa emancipadora pela qual ocorre a emancipação humana, ou seja, os oprimidos deixam essa condição e passam a ser protagonistas da transformação social pela criticidade, participação, etc.

Assim, a educação popular como prática libertadora promove ao homem a conquista da liberdade. Segundo Freire (1987), os oprimidos não obterão a liberdade por acaso, senão procurando-a em sua práxis e reconhecendo nela que é necessário lutar para consegui-la. Neste caso, a *Educação Libertadora* também acontece com a problematização da realidade, por que:

[...] possibilita um olhar crítico sobre a realidade e a compreensão de que as pessoas podem inferir nessa realidade como sujeito ativo. Apesar de reconhecer os condicionamentos sociais e econômicos, existe também o entendimento de que assim como aquela realidade foi construída, ela também pode ser transformada (SILVA, 2008, p. 108 - 109).

Na Educação como prática libertadora, os *oprimidos* são libertados, assumindo a condição de cidadãos politizados, críticos, conscientes e emancipados, capazes de transformar a realidade. Como afirma Silva (2008), a educação libertadora é aquela liberta os oprimidos e, isto acontece quando os sujeitos são autocríticos e reflexivos, isto é, analisam a si próprios e problematizam a realidade e suas relações sociais. Para tanto, a educação libertadora visa o processo de conscientização dos sujeitos.

Segundo Brandão (2008), a educação popular deve promover transformações reais, inicialmente, no nível das consciências individuais e de culturas coletivas, por conseguinte, na



sociedade, causando rupturas nas estruturas sociais regidas por princípios, valores e motivos capitalistas.

Nesse sentido, entendemos que a conquista da liberdade somente acontece através da coletividade. Por que, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.” (FREIRE, 1987, p. 29). Assim, a liberdade é uma construção coletiva, pois quando os oprimidos libertam-se, libertam o(s) opressor(es). Entretanto, Paulo Freire observa que essa educação libertadora somente se torna possível com a comunhão, a união entre os sujeitos, baseando-se no diálogo, na problematização, na conscientização, na superação da contradição. Portanto, a EP é na perspectiva freiriana, “[...] a educação que considera a prática educativa sob ótica de um processo social imbuído de saberes e compromissos. (FREIRE *apud* SOUSA, 2008, P. 31).

Em suma, a concepção da Educação Popular encontrada em Paulo Freire (1978, 1987, 2011) aponta para a maneira como tratarmos a Educação de Jovens e Adultos (EJA). “Hoje, uma das expressões mais vivas da educação popular [...]” (GADOTTI, 1999, p. 24).

Diante disso, pode-se entender a Educação de Jovens e Adultos aos moldes da educação popular como alternativa da prática educativa libertadora, voltada para as necessidades e valorização do ser humano, considerando a educação escolar como possibilidade para a emancipação humana.

Haja vista que a EJA como modalidade da educação básica escolar se destinada aos jovens e adultos que vêm sendo excluídos, pela impossibilidade de acesso à escolarização, quer pela exclusão da educação regular ou por ter que trabalhar, pessoas que estão inseridos no mercado de trabalho ou ainda esperam nele ingressar. Muito deles não visam apenas à certificação, mas também, uma mudança na situação de vida, ingressar na universidade, preparação para o mercado de trabalho, sobretudo, pretendem ascender na vida social, entre outros fatores. (BRASIL/CNE, 2000).

Por isso, a Educação de Jovens e Adultos deve objetivar além da superação do analfabetismo dos educandos, tendo como proposta pedagógica a busca por uma educação emancipatória, através do diálogo, da conscientização dos sujeitos, da problematização da realidade, ou seja, a EJA como educação humanizadora.

Como destaca Freire (2011), a Educação Jovens e Adultos apresenta aproximações conceituais com a Educação Popular, quando acontece nas seguintes condições:

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras. Uma destas

exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores. Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos - trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos - nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da Educação Popular (FREIRE, 2011, p. 21-22).

É a Educação de Jovens e Adultos pensada para atender as expectativas e as exigências do público dessa modalidade de ensino, integrando aos conteúdos curriculares às vivências e as experiências dos educandos.

Para tanto, na ação docente da EJA, ressalta Viero (2009, p. 8) que:

[...] o educador e o educando como categorias que apontam para possibilidade de práticas educativas que rompem com a cultura do silêncio. Essas práticas são fundadas no diálogo que busca compreender a realidade de seus educandos que, como sujeitos 'em situações de criação cultural' participam como serem culturais e histórico, inseridos em uma comunidade concreta. Nesse sentido, as práticas educativas constituem um processo em que os 'espaços opacos' transformam-se em 'espaços luminosos,' porque traduzem novas leituras e interpretações mais próximas do real, as quais trazem possibilidades de futuro diferente.

Dessa forma, a educação de jovens e adultos como prática educativa libertadora deve ter o diálogo como possibilidade para o encontro entre os saberes do educador e dos educandos, isto é, a EJA como campo onde os sujeitos se encontram, *mediatizados pelo mundo*. Dessa maneira, a ação docente precisa promover a autonomia dos jovens e dos adultos, de modo que, eles sejam sujeitos do aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver com os outros. (BRASIL, 2000).

Portanto, a EJA consolidará a dimensão de Educação Popular na medida em que seu fazer pedagógico contemplar a prática e a realidade dos educandos como possibilidade do exercício da *Educativa Libertadora*, envolvendo as questões relativas ao cotidiano dos Jovens e os adultos. Contudo, observa-se que além da urgente necessidade da Educação de Jovens e Adultos "casar" trabalho e educação, a EJA tem também como desafio a realidade do mundo atual que vem exigindo dos jovens e adultos muito mais que simplesmente mão-de-obra qualificada, mas sim sujeitos autônomos, criativos, colaborativos, cooperativos, reflexivos, críticos, que buscam informações e as transformam em conhecimentos, aplicando-os na sua prática cotidiana. (cf. VARGA, 2009).

Diante disso, torna-se necessário uma Educação que contemple as mudanças no mundo do trabalho e as novas exigências, a qualificação dos trabalhadores e o outro modo de

economia, sem, no entanto, excluir o desenvolvimento de sua autonomia crítica e sua formação integral.

### **1.3. Perspectivas da Economia Solidária para a relação Educação e Trabalho**

Segundo Singer (2005), é preciso primeiramente, examinarmos a lógica do capitalismo, para entendermos que a Economia Solidária é outro modo de produção a ser desenvolvido no sistema capitalista.

Para tanto, Singer (2002) distingue empresa capitalista e empresa solidária, quando ele afirma que a empresa capitalista pertence ao investidor, ao que forneceu o dinheiro para adquirir os meios de produção, por isso, que sua única finalidade é dar lucro a ele, o maior lucro possível em relação ao capital investido. Caracteriza-se pela heterogestão - concentração do poder de mando, na empresa capitalista, está concentrado totalmente nas mãos do capitalista.

Na empresa capitalista, há exploração do trabalho humano, sendo os empregados pagos com salários desiguais. Eles são livres para mudar de emprego e portando tendem a procurar as empresas que pagam melhor.

Na empresa ou empreendimento de Economia Solidária - o patrimônio é do coletivo, ou seja, os trabalhadores são também proprietários. Caracteriza-se por valores e princípios básicos como a cooperação, autogestão e solidariedade.

A partir daí, buscam constituir seu sistema de produção como a organização democrática da produção e consumo, a igualdade no ônus e ganhos do trabalho, a inversão: deveres e direitos, os controles de meios de produção, o respeito às liberdades individuais, com consumo responsável e consciente, mudança social, etc. Nela, os resultados (sobras) e (prejuízos) são responsabilidades de todas as pessoas que trabalham e investem tempo, recursos, conhecimento e criatividade.

No entanto, Singer (2002) afirma que a *pedra de toque* do sistema capitalista está baseada no capital, suas características principais são: a propriedade privada dos meios de produção, os mercados competitivos, a maximização dos lucros dos donos, o trabalho assalariado, a divisão de classes, a exploração do trabalho, a desigualdade, a produção acelerada e o consumo desenfreado, a degradação do meio ambiente, entre outros. Conforme Singer (2002, p. 10) conceitua, entendemos que:

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

Esse modo de produção da economia capitalista provocou muitas mudanças na sociedade moderna, gerando graves problemas, tais como: a exclusão de trabalhadoras e trabalhadores do mercado de trabalho, o desemprego urbano, a desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista, etc. Estas mudanças se tornaram desafios à Economia Solidária, que ao longo da história vem levando milhares de trabalhadores organizados de forma coletiva, ao desenvolvimento, a partir de outra forma de economia, levando-os a geração do seu próprio trabalho e a lutarem pela sua emancipação.

Considera-se que a Economia Solidária é uma antítese do capitalismo, porque surgiu como alternativa capaz de superá-lo, retomando a questão do trabalho como prática da vida, interligada a ideia de forma de produção, consumo, distribuição econômica e, sobretudo, valorização do ser humano, o desenvolvimento sustentável (SINGER, 2005).

De acordo com Schmitz (2010), a Economia Solidária se tornou uma prática recorrente não somente na Europa e no Brasil, mas também, em vários outros países. Nesse sentido, o autor observa que na sociedade brasileira, desde início do século XXI, a economia solidária tem continuamente ganhado reconhecimento com a criação de Fórum Brasileiro de Economia Solidária- FBES criado oficialmente na III Plenária Nacional de Economia Solidária, em 2003, mesmo ano de criação da SENAES. A origem remete às discussões acontecidas durante o Fórum Social Mundial, em 2002.

Ainda Segundo Schmitz (2010), a Economia Solidária manifestada primeiramente como luta pela sobrevivência, na adaptação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular tais como a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes etc., normalmente de caráter individual ou familiar.

É outra forma de economia que, segundo Tiriba (1998), representa diferentes experiências econômicas populares, como: economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, associativa, entre outras, iniciativas de base comunitária popular com atividades e programas de geração de trabalho e renda e como possibilidade de superar a exclusão econômica e social.

Segundo Schmitz (2010), a Economia Solidária promove empreendimentos em organizações urbanas e/ou rurais; formada por produtores, consumidores, fornecedores de serviços, crédito, Baseadas na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático. Está presente em grupos informais, associações, cooperativas, empresas de autogestão, grupos solidários, redes solidárias, clubes de trocas, centrais, etc., e se fundamenta em valores e princípios como: cooperação, solidariedade, autogestão, ação econômica, entre outros.

Dessa forma, pode-se dizer de acordo com Silva (2008) que a Economia Solidária constitui de caráter contrário ao apresentado nas relações sociais trabalhistas capitalistas, nas quais os trabalhadores se limitam a cumprir apenas as tarefas específicas delimitadas e são excluídos da maior parte do montante de lucros da empresa, mas nem sempre dos seus prejuízos. (SINGER, 2005). Por isso, configura-se como projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a democracia participativa, bem como a preservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais.

Como diz o próprio nome “Economia Solidária - o que essa propõe é a prática da solidariedade no campo econômico.” (SINGER, 2005, p.15). Para Arruda (2005), a Economia Solidária, diferentemente do capitalismo, promove o ser humano e o trabalho emancipado, reconstruindo suas relações, a partir de outro modo de economia, baseando-se na produção autogestionária, sem exploração do trabalho humano, na qual o domínio é coletivo, não existe patrão nem empregados, mas todos os envolvidos têm direitos e deveres iguais.

Sendo assim, promove mercado e finanças solidárias que envolvem trocas de bens e serviços de qualidades sendo o consumo ético, consciente, solidário. Portanto, é outro modo de produção e consumo oposto ao capitalismo, já que está vinculado às necessidades humanas, sociais e a preocupação com o meio ambiente, pois visa o desenvolvimento humano e a sustentabilidade.

A sustentabilidade, na perspectiva da Economia solidária, “está relacionada com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana” (REDE DA SUSTENTABILIDADE, 2013). Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável compreende a amplitude da noção de vida sustentável, ou seja, na qual as pessoas devem ser conscientes e buscar por qualidade de vida. “Fala-se, portanto, em melhorias a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que virão amanhã” (SILVA e COSTA, 2010, p. 4).

Então, entende-se que se torna necessária uma prática sustentável que tenha como fundamento os seis aspectos do desenvolvimento sustentável, que conforme Silva e Costa (2010, p. 5) são:

a) a satisfação das necessidades básicas da população (educação, saúde, etc.); b) a preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc.); a) a solidariedade para com as gerações futuras (preservação do meio ambiente); c) a participação da população envolvida com o ambiente; e) a efetivação dos programas educativos; e f) a elaboração de um sistema garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas.

Portanto, o desenvolvimento sustentável na ótica da Economia Solidária é ampliado para todas as pessoas, procurando conscientizá-las da necessidade de desenvolvimento de uma economia mais humana, consciente e solidária, com o respeito ao meio-ambiente.

Então, fica evidente que a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas coletivamente. Nesta perspectiva, afirma Freire (1987, p. 38): “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si próprio, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Tendo em vista que, a concepção da educação do capitalismo é totalmente diferente da noção de educação da Economia Solidária, conforme mostra Arruda (2006, p. 22):

Há que diferenciar entre a formação homogeneizadora que o sistema da Capital promove da educação emancipadora que é a parte integrante e essencial da Economia Solidária. Assim os sistemas são antinômicos, as respectivas educações também são. Um coloca na fôrma e treina para a competição, a predação e a cobiça, o outro educa para a liberdade, para a autogestão, para a criatividade e para a solidariedade consciente. Um treina para o pensamento único. O outro liberta a mente e o espírito para apreender, pesquisar, observar participativamente, criticar, recriar, num movimento de crescente autopoiese, em que o outro é meu indispensável complemento, a quem respeito e acolho como outro, e não como projeção de mim.

O desafio da educação em Economia Solidária tem uma aproximação significativa com o pensamento de Paulo Freire (1987), na qual ele enfatizava a necessidade e a importância da prática de uma *Educação Libertária, democrática e emancipatória*.

Todavia, Singer (2005, p. 15) argumenta que:

A prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. Mas, as pessoas passam do capitalismo à Economia Solidária foram educadas pela vida a reservar a solidariedade ao relacionamento com familiares, amigos, companheiros de lutas, isso é, com pessoas às quais estão ligadas por laços de afetividade e confiança.



Por isso, a educação em Economia Solidária busca por um ser humano e o trabalho emancipado, baseando-se em valores e princípios, como a solidariedade, a cooperação, autogestão, a qualidade de vida, além de promover à justiça social, a igualdade de gênero, a segurança alimentar, o cuidado com o meio ambiente, a responsabilidade com as gerações, presente e futuras.

Nessa perspectiva, entendemos de acordo com Moacir Gadotti (2005, p.33) que:

As práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável. A eficiência econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais das práticas solidárias.

Então, a Economia Solidária, segundo Singer (2005), contempla em si mesmo o ato educativo na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento dessa prática, tendo em vista que, a única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando.

Portanto, pode-se afirmar de acordo com Arruda (2005), a Economia Solidária constitui um princípio educativo por ter como proposta outro modo de economia e, conseqüentemente, sua prática promove outra sociedade, configurando novas relações de produção e consumo, a formação do ser humano, outra concepção de trabalho, enfim, projeta novas práticas sociais solidárias.

#### **1.4. O Trabalho associado como campo de ensino-aprendizagem**

No campo da Economia Solidária o trabalho associativo é o modo pelo qual trabalhadores e trabalhadoras pretendem superar o trabalho alienado da forma de produção capitalista. Nesse sentido, aponta Tiriba (2008, p. 8) que:

[...] não tendo intenções de revolucionar o mundo do trabalho e subverter as relações capitalistas de produção, os trabalhadores associam-se na produção tendo com o objetivo a reprodução ampliada da vida (e não a reprodução ampliada do capital). Não tomando, necessariamente, para si o desafio de confrontar-se com o mercado capitalista, mas convivendo e lhe sendo funcional, as organizações econômicas associativas podem estar diretamente relacionadas às questões imediatas de sobrevivência, constituindo-se como uma estratégia de sobrevivência frente à crise do trabalho assalariado.

Dessa maneira, o trabalho associado configura a construção autônoma do Trabalho sobre o capitalismo, sendo protagonizado por trabalhadores e trabalhadoras. Portanto,

compreendemos que o trabalho associado tem por finalidade a emancipação do trabalho e a valorização do ser humano, promovendo mudanças significativas em relação ao modo de produção e consumo, porque nega o princípio básico do capitalismo, isto é, a separação entre o capital e a posse dos meios de produção. No trabalho associativo, a propriedade dos meios de produção é daqueles que nela trabalham e proprietários têm o mesmo poder de decisão.

O trabalho associado traz outras contribuições, pois pode fomentar e promover formas de organização de um povo, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social, o combate ao desemprego, a redução das desigualdades sociais, etc. Assim, o trabalho associativo define novas práticas de produção, comercialização, finanças, serviços e consumo, baseadas em valores e princípios autogestionários e solidários.

A solidariedade é o princípio que subverte a ideia da competição na economia, desenhando outra forma de se pensar e organizar as atividades econômicas nas relações internas e externas. Entretanto, Singer (2002, p. 9) ressalta que: “A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.” A solidariedade no trabalho associado promove a redistribuição solidária do trabalho e renda, a geração de oportunidade para o desenvolvimento de todos e todas e a preocupação com o bem viver das pessoas.

Segundo Singer (2002) a cooperação caracteriza um princípio do trabalho associado quando um conjunto de práticas coletivas é realizado por pessoas ou grupos, que tendo a propriedade coletiva ou associada, cooperam não apenas em relação ao trabalho desenvolvido em união por elas, mas também, por terem objetivos comuns, partilharem os resultados e as responsabilidades, etc.

Ainda de acordo com Singer (2002) a autogestão é o ideal de democracia econômica e gestão coletiva, oposto a heterogestão que é o modelo de gestão mais comum encontrada nas empresas capitalistas, sendo compreendido através de um sistema de hierarquias no qual se tem a noção: quem manda e quem obedece, isto é, onde tem um patrão e empregados. Em outras palavras, a heterogestão pode ocorrer em qualquer sistema não democrático, significa também concentração de poder e decisão a uma só pessoa. Diferentemente, a autogestão não se tem patrão nem empregados, mas todos envolvidos no sistema de gestão, são autogestionários, ou seja, consiste na autonomia da coletividade dos membros que têm direitos para decidir destinos, os processos e os resultados, decidir os lucros e gastos, propor ideias, etc.

Enfim, autogestão refere-se ao conjunto de práticas coletivas no qual todos compartilham direitos e deveres igualmente, isto é, compreende o princípio de democracia participativa nas decisões e forma de coordenação compartilhada, sem patrão.

Acerca do processo de aprendizagem e as experiências de autogestão, Nascimento (2011) em seu texto “Experimentação autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão”, retomando autores como Paul Singer, Tiriba e Fisher, Gramsci, Jef Ulburghs, Pierre Naville Mothé e outros, para aborda a autogestão sob uma perspectiva pedagógica, que nos dizeres de Gramsci (1971), compreende:

[...] as experiências nas quais os trabalhadores têm o controle sobre a produção representam uma “escola maravilhosa de formação de experiência política e administrativa” E que, Na “escola do trabalho” e, em especial, nas vivências de trabalho associado, as pessoas atribuem sentidos ao vivido ou realizado; assim, de forma mais abrangente, é fundamental que transformem suas vivências pregressas e atuais em experiências propriamente formadoras (GRAMSCI, 1971 p. 36 *apud* NASCIMENTO, 2011, p. 7-8).

O que Gramsci (1971) afirma nessa assertiva explica o que Nascimento (2011) denomina de “Experimentação autogestionária, ou seja, a pedagogia da autogestão encontra no trabalho coletivo sua prática educativa e campo de aprendizagem, construção de saberes e formação dos sujeitos. “A autogestão se parece a um canteiro de construção onde os operários têm o direito de experimentar”. (ULBURGHS, 1980, *apud* NASCIMENTO, 2011, p. 9).

Na autogestão, segundo Tiriba (2008) trabalhadores e trabalhadoras são também proprietários, por isso, precisam conhecer os meios de produção e saber administrar o empreendimento. Além disso, o trabalho associado precisa, sobretudo, promover a formação emancipadora dos sujeitos envolvidos nesse outro modo de produção.

Nesta linha da autogestão, ao tratar sobre o trabalho associado como um espaço de formação e reprodução ampliada da vida, Adams (2010, p. 55) afirma que:

[...] o trabalho associado favorece, em função do seu caráter autogestionário, a intervenção dos coletivos de trabalho como sujeitos do processo de formação humana em vista de uma crescente autonomia, especialmente quando há uma unidade articulada de um universo que é simultaneamente técnico, social e cognitivo. Em decorrência, é possível afirmar que o trabalho associado apresente um potencial emancipador, na medida em que se constitui uma formação solidária de relações que os trabalhadores estabelecem entre si para obtenção de resultados econômicos e a satisfação de suas necessidades e desejos comuns de uma vida mais feliz.

Então, de acordo com Adams (2010), o trabalho associativo na lógica da Economia Solidária deve compreender a recriação do mundo do trabalho, visando à satisfação das



necessidades humanas fundamentais, a partir de outro modo de economia, caracterizado pelo conjunto de ações de caráter cooperativo ou associativo, solidário, participação igualitária, e autogestionário. Sendo assim, trabalhadores e trabalhadoras são também proprietários, por isso, precisam conhecer dos meios de produção e saber administrar o empreendimento. Além disso, O trabalho associado precisa, sobretudo, promover a formação emancipadora dos sujeitos envolvidos.

### **1.5. Caprinocultura leiteira como estímulo à prática do trabalho associado no cariri paraibano**

Segundo Meneses e Gomes (2012) desde anos finais da década de 1990, no Cariri Paraibano, a ovinocaprinocultura, em especial a caprinocultura vem passando por transformações significativas com a criação de políticas públicas, a partir de uma articulação entre instituições e programas - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE- PB), Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-LEITE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa Leite da Paraíba, Projeto Dom Hélder Câmara - com ações e propostas que visam o estímulo à caprinocultura leiteira e ao associativismo junto a agricultores familiares criadores de caprinos na região.

Outro advento, foi a criação de 8 (oito) usinas de beneficiamentos de leite de cabra em todo Cariri Paraibano, que foram implantadas em 2003 e 2004, o recurso para essas usinas veio de parcerias presentes no Pacto Novo Cariri com o projeto COOPERAR -Paraíba, Banco Mundial e a FAO. (MENESES E GOMES, 2012).

A articulação dessas políticas públicas com as usinas e os produtores de leite de cabra ocorre de forma organizada, pois segundo Meneses e Gomes (2012, p. 10):

O programa consiste na compra de uma parte da produção leiteira dos agricultores familiares desde que estejam ligados à alguma associação ou cooperativa e cadastrados no PRONAF através de uma DAP (Declaração de Aptidão do Produtor). Esta DAP serve como meio de controle da usina de beneficiamento para a quantidade de leite, dentro de um sistema de cotas que regula a compra do produto a um limite de 17 litros de leite por dia por produtor cadastrado. O valor desta cota é referenciado de acordo com o preço de mercado do litro do leite de cabra (R\$1,30) junto a um cálculo que toma por base os R\$ 8000,00 anuais que o PRONAF destina ao agricultor familiar cadastrado. Dividindo primeiro essa quantia do PRONAF pelo número de dias do ano e em seguida pelo preço do leite chega-se por aproximação ao resultado que referencia a cota diária do leite em 17 litros. Sabendo que a produção leiteira é captada pelos programas governamentais por um valor mais alto (R\$ 1, 82), a usina ganha 0,52 centavos por litro de leite, que é referenciado para o pagamento dos funcionários e manutenção das instalações. . O pagamento dos produtores é feito diretamente em conta bancária sendo gerenciado pelo governo do Estado e pela Fundação de Ação Comunitária – FAC.

Segundo Meneses e Gomes (2012) o advento das políticas públicas e a criação das usinas contribuíram para a ascensão da caprinocultura leiteira em vários municípios do Cariri Paraibano, tendo a produção de leite de cabra como uma das principais atividades bem como estimulou o processo de formação das associações de caprinocultores nessa região da Paraíba.

## CAPITULO 2 - METODOLOGIA

Justifica-se, o emprego dos procedimentos metodológicos a seguir, tendo em vista a viabilidade dos mesmos para com o desenvolvimento da pesquisa, a qualidade das informações e a melhor compreensão do fenômeno em estudo.

É um estudo de caso que proporcionou uma análise de uma associação, fazendo um trabalho descritivo-exploratório que, de acordo com Figueiredo e Sousa (2011), possibilitou ao pesquisador o conhecimento e a compreensão do objeto de estudo. Quer dizer, neste estudo, procuramos caracterizar, explicar e interpretar o tema investigado, neste caso, práticas educativas no trabalho associado da Associação dos Criadores de Caprinos da cidade de Sumé - Paraíba (ACCS).

Para tanto, foi significativo, conforme Figueiredo e Souza (2011), utilizar a técnica da pesquisa bibliográfica ou fontes secundárias, ao se realizar o levantamento bibliográfico que compreendeu a bibliografia já anunciada acerca do tema em estudo, tais como livros, artigos científicos, incluindo eventos científicos, debates, vídeos, internet e outros. Dessa forma, construímos os subsídios teóricos para o problema investigado e a análises dos dados pesquisados.

Fora a pesquisa bibliográfica, foi importante recorrer à pesquisa documental, obtida junto ao departamento administrativo da ACCS que foi disponibilizou cópias do Estatuto e Atas de reunião da associação, fontes documentais primárias, que ainda não são objeto de publicação, mas contendo informações de fundamental importância sobre o tema em estudo.

Trata-se de uma pesquisa de Campo, de acordo com Figueiredo e Souza (2011), por investigar no próprio local onde ocorrem os fatos e fenômenos. Sendo assim, a pesquisa foi realizada no município de Sumé-Paraíba, especificamente, na Usina de Beneficiamento de Lácteos (AGUBEL), situada na Fazenda Agreste.

A realização de visitas *in-loco* proporcionou o contato direto com pessoas, lugares e o objeto de estudo, a partir da técnica de observação não participante, sendo de acordo com Figueiredo e Sousa (2011), a possibilidade de o pesquisador observar os fatos, sem tomar parte deles, mas podendo fazer o registro e a coleta das informações através de vários recursos.

A coleta de dados se deu através da aplicação do método de amostragem com 10 (dez) associados da ACCS que são produtores de leite de cabra, com a permissão dos mesmos ao assinarem termo de confidencialidade (cf. apêndice 1). A amostra foi feita aleatória, ou seja, os associados foram escolhidos ao acaso, considerando-os como sujeitos-tipo representativos



do universo investigado. Sendo assim, entendemos por sujeitos-tipo “aqueles que representam as características típicas de todo os integrantes da população pesquisada.” (RICHARDSON, J. R. 1999, P. 150 *apud* FIGUEIREDO e SOUSA, 2011, p. 149).

Para tanto, foi utilizado questionário constituído por 28 (vinte e oito) perguntas fechadas e abertas, que segundo Marconi e Lakatos (1990), podem proporcionar maiores vantagens tanto para os sujeitos informantes quanto para o pesquisador que visa obter informações significativas dos informantes sobre o tema em estudo.

Nesse sentido, as 26 (vinte e oito) questões que compõem o questionário abordam as seguintes dimensões: perfil dos associados, profissão, renda familiar, condições de vida, situação atual e perspectivas para o futuro, produção e comercialização do produto, trabalho associado, educação, rotinas de atividades na associação, participação dos associados nas atividades (apêndice 2).

A abordagem da pesquisa é quali-quantitativa, pois buscamos, a partir de descrições tanto qualitativas quanto quantitativas, o entendimento, a interpretação e a compreensão sobre práticas educativas no trabalho associado de acordo com a perspectiva dos sujeitos/participantes do estudo.

Esses métodos são justificados, teoricamente, pelo fato de que, na pesquisa qualitativa, o pesquisador teve a possibilidade de interagir em todo o processo de investigação, compreender, interpretar e analisar os dados a partir da significação das informações coletadas acerca do tema em estudo, enquanto, na pesquisa quantitativa que exprime quantidade, obteve-se maior sustentabilidade para os dados analisados. Ou seja, tais métodos de abordagem permitiram ao pesquisador uma visão mais aprofundada, obtida por diversos ângulos (FIGUEIREDO; SOUSA, 2011).

A análise de Conteúdo foi mais uma técnica utilizada no desenvolvimento desse estudo, tendo em vista, o conjunto técnicas que envolveram procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição e análise das informações acerca do tema em estudo (BARDIN, 1979 *apud* FIGUEIREDO; SOUZA, 2011).

## **2.1. Descrição do local e sujeitos de pesquisa**

Nesta parte, faremos uma sucinta descrição da associação pesquisada, descrevendo seu histórico, incluindo as características, objetivos, ramo de atuação, gestão, o número de associados e a situação atual.

### **2.1.1. A Associação de Criadores de Caprinos de Sumé - Paraíba**

A Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé (ACCS) - foi criada em setembro de 1999 com sede e administração na Escola Agrotécnica de Ensino Fundamenta Dep. Evaldo Gonçalves de Queiroz, localizada na Rua Luiz Grande, s/n, Bairro Frei Damião, Sumé - situada Cariri Ocidental da Paraíba. A ACCS foi criada com intuito de unir pequenos produtores de leite cabra/caprinocultores objetivando o estímulo e desenvolvimento da caprinocultura leiteira na cidade local com a criação de projetos e meios para ampliação da produtividade e comercialização, promover o aprimoramento técnico-profissional e, em consequência, melhorar a condição de vida de seus associados.

De fato, seu funcionamento começou em 2002, após a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária para fundação resgate da ACCS. Nesta ocasião, além de reforma de Estatuto, formação de nova diretoria e a aquisição de apoio junto ao Gestor Municipal para funcionamento e infraestrutura dessa associação, foi estabelecido ainda nessa reunião um acordo em regime de contrato com o Dr. Francisco de Assis Quintans, Escola Agrotécnica de Sumé e a Associação de Criadores de Caprinos de Sumé, para o uso da usina de beneficiamento de leite de cabra, administrada pela Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos (AGUBEL), localizada no imóvel denominado Fazenda Agreste. Tal acordo estabeleceu a permissão para o fornecimento de leite de cabra in-natura pelos associados da ACCS à usina.

Com o advento da usina em 2004, os produtores precisaram aumentar a quantidade e melhorar a qualidade da produção de leite. Para tanto, a CCS buscou direcionar projetos financiados junto ao Banco do Brasil para que os associados pudessem adquirir cabras com maior aptidão leiteira.

Além disso, firmou parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - instituição que promoveu cursos de capacitação relacionados ao manejo e modo de produção e fomentou alguns subsídios, no desenvolvimento da associação, com a criação em 2004 dos Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR's) - pessoas treinadas para orientar e prestar assistência técnica aos produtores de leite associados à ACCS tanto na zona rural quanto urbano, atendendo-os quando estão na zona urbana na EMATER, que é também a instituição responsável por emitir a Declaração de Aptidão do Produtor (DAP) ou seja, o cadastro para que o agricultor familiar esteja apto a se inserir no Programa do Leite. (MENESES; GOMES, 2012).

Conforme o Estatuto (2002), a ACCS possui uma diretoria composta por um presidente, um vice-presidente, uma tesoureira e um contador, terceirizado. Entre as atividades da diretoria, conforme o cargo, são as seguintes: Presidente que representa a cooperativa, participa de reuniões e levanta projetos; Vice-Presidente que substitui a presidente em todas as atividades que ela não possa estar presente; Tesoureiro que é responsável pelas contas da cooperativa; Conselheiros que auxiliam na tomada de decisão e na sugestão de novos caminhos para a associação; Contador que é responsável pela documentação, registro, inscrição, procedimentos contábeis.

Até maio de 2011, a maior parte das reuniões foi realizada para definir a diretoria, os objetivos e, poucas vezes, definiu-se quais seriam os próximos passos da associação. Atualmente, a ACCS agrupa cerca de 100 associados, sendo que apenas 60 são produtores de leite de cabra.

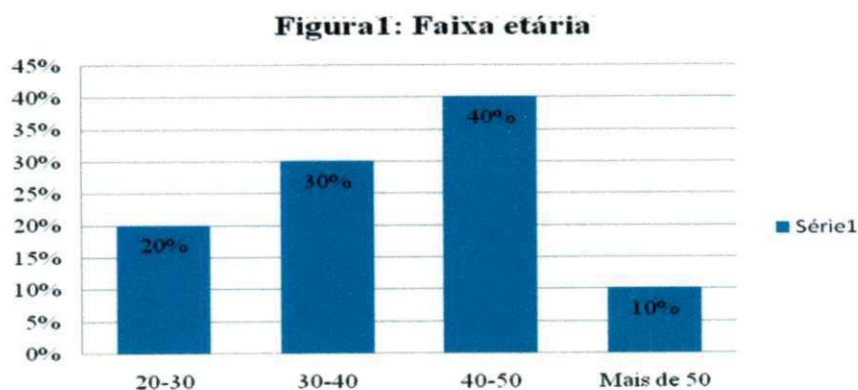
## CAPÍTULO 3 - APRESENTANDO DADOS E ANALISANDO RESULTADOS

Neste capítulo será realizada a identificação e a caracterização das práticas educativas no âmbito da Economia solidária que contribuem para o trabalho associado na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé (ACCS) a partir dos dados obtidos junto aos sujeitos na pesquisa de campo e, conseqüentemente, a análise qualitativa dos resultados à luz dos principais conceitos que constituem o referencial teórico deste estudo.

Portanto, este capítulo visa apresentar os dados e discutir os resultados obtidos na pesquisa de Campo realizada na referida associação, com base na aplicação de 10 (dez) questionários, contendo 26 (vinte oito) questões entre abertas e fechadas e distribuídas em dois blocos de perguntas, através do método de amostragem, feita de forma aleatória, compondo uma amostra de 10 (dez) participantes. Cada participante será identificado, ao longo deste trabalho, como percentual de 10%, sendo assim, teremos a seguinte distribuição: 1(um) participante corresponde a 10%, 2 (dois) participantes 20%, 3 (três) participantes 30%, 4 (quatro) participantes 40%, 5 (cinco) participantes 50%, 6 (seis) participantes 60%, 7 (sete) participantes 70%, 8 (oito) participantes 80%, 9 (nove) participantes 90% e 10 (dez) participantes como percentual de 100%.

### 3.1. Conhecendo o perfil dos sujeitos da pesquisa

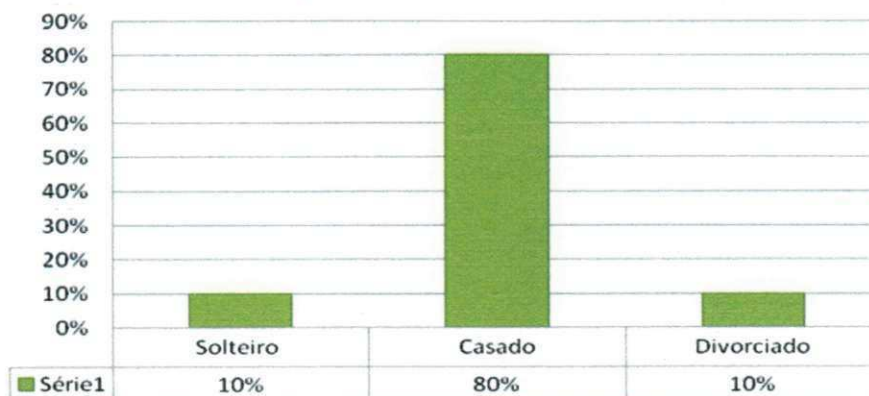
No primeiro bloco de questões, procuramos abordar o perfil dos associados, considerando importante as informações sobre as seguintes variáveis: sexo, faixa etária, estado civil, número de prole e grau de escolaridade. Dessa maneira, os dados nos revelam que 100% (cem por cento) dos informantes são do sexo masculino, com a faixa etária diferenciada na média de idade, como podemos observar nos dados da figura abaixo.



Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se na figura 1 que 20% dos associados têm idade entre 20-30 anos, 30% de 30-40 anos, 40% de 40-50 e 10% tem mais de 50 anos. Os dados sobre estado civil dos associados constataam que há uma diferença bastante relevante para o percentual de casados, conforme mostra a figura 2.

**Figura 2: Estado civil**

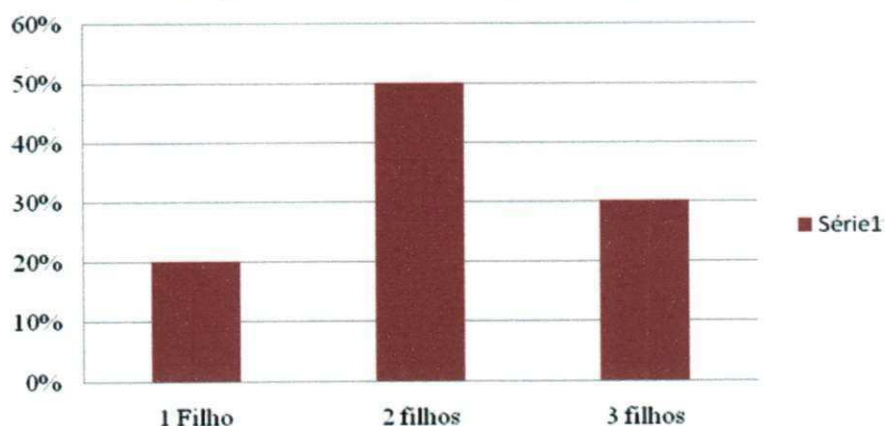


Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação aos dados expostos acima, é relevante destacar que 80% dos associados participantes da pesquisa têm convivência conjugal estável, ao se considerarem como casados, ou seja, a maioria é chefe de família.

Nesse sentido, foram indagados quanto a sua prole, as respostas convergem com a afirmação de que todos os informantes da pesquisa possuem prole, num total de 21 filhos. Como aparece na figura 3.

**Figura 3: número de prole/sujeitos**



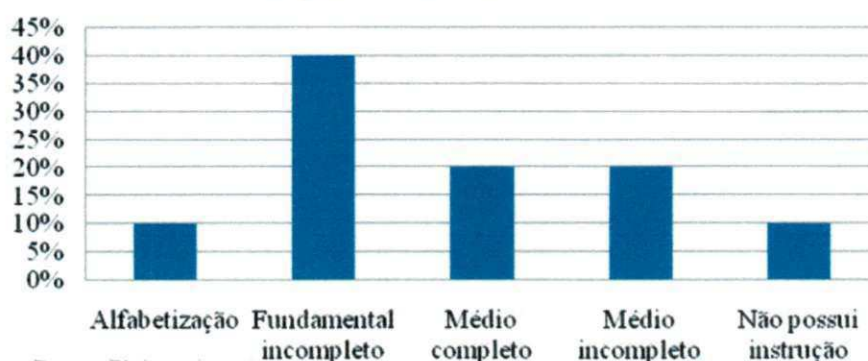
Fonte: Elaborado pelo autor



A figura 3 mostra que os sujeitos investigados têm entre 1 e 3 filhos, sendo que 20% possuem apenas 1 filho, 50% somente 2 filhos e 30% têm 3 filhos.

Ao indagarmos quanto ao nível de escolaridade, obtivemos os seguintes resultados, conforme a figura 4, abaixo.

**Figura4: Escolaridade**

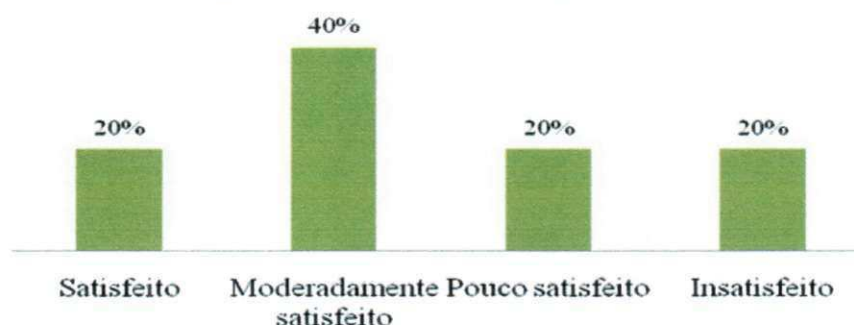


Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados expostos na figura demonstram que dos participantes da pesquisa, 10% cursou apenas a alfabetização, 40% o ensino Fundamental incompleto, 20% tem Médio incompleto, 10% não possui instrução e, somente 20% possui o ensino Médio completo. Observamos também que a maioria de sujeitos 60% que possui baixo grau de instrução tem faixa etária entre 30-50 anos.

Esses dados nos leva inferir que esses sujeitos, por motivo outro, não tiveram oportunidade de cursar a Educação Básica na faixa etária apropriada. Neste caso, a oferta da Educação de Jovens e Adultos lhes garantiria o acesso à educação e a possibilidade de continuar os estudos. Visto que o parecer CEB/CNE nº 11/2000 considera a EJA como uma modalidade da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio destinada aos jovens e adultos que vêm sendo excluídos, pela impossibilidade de acesso à escolarização, quer pela exclusão da educação regular ou por ter que trabalhar.

Questionamos ainda aos participantes quanto à profissão, as respostas incidiram com a afirmação de que 100% são agricultores, entretanto, quando questionados em relação à satisfação nessa profissão, as respostas apontam divergências de opinião. Como mostra a figura 5 a seguir.

**Figura 5: Satisfação na profissão**

Fonte: Elaborado pelo autor

Nesta figura, observamos que do grupo de associados investigados apenas 20% estão satisfeitos com a profissão, 40% moderadamente satisfeito, 20% pouco satisfeito e 20% insatisfeito. E, quanto à renda família, as respostas nos revelam que 100% dos investigados têm renda de até um salário mínimo.

Através desses dados, notamos que a maioria dos associados 40% está moderadamente satisfeito por serem agricultores familiares, apesar de não ser plena, mas há uma satisfação. Sabe-se que, em qualquer profissão, a satisfação plena depende da melhoria de outros fatores que a ela se articulam direta e indiretamente.

No caso, os associados investigados são agricultores com baixa renda, que precisam encontrar um meio para investir e ter como produzir mais e gerar mais renda. Portanto, é importante repensar em medidas que viabilizem uma tomada de consciência dos sujeitos em questão para que o trabalho seja mais produtivo e satisfatório.

Diante disto, percebemos a necessidade de discutir a relação educação e trabalho, sendo importante considerar que a educação destinada aos associados investigados deve ser pensada e analisada a partir da realidade de modo de trabalho dos mesmos.

Nesse sentido, no próximo item deste trabalho consideramos relevante antes conhecer, em geral, as práticas educativas e o trabalho que os participantes realizam na associação. Por que conforme afirma Gohn (2011), a participação social em movimentos sociais e ações coletivas, promove aprendizagem e saberes, pois existe um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral.



### 3. 2. Descrição das atividades educativas e do modo de trabalho na associação de criadores de caprinos de Sumé

Na busca de resposta à questão central da pesquisa, que foi evidenciar as práticas educativas que contribuem para o trabalho associado na Associação de Criadores de Caprinos de Sumé. Foram obtidos dados com os participantes, no segundo bloco de questões, ao abordar as seguintes dimensões: ano, forma e requisitos básicos de Integração na associação, produção e comercialização do produto, princípios do trabalho associado, educação, rotinas de atividades promovidas pela ACCS, participação, experiências adquiridas, o envolvimento desses sujeitos nessas atividades e sugestão para melhoria da associação.

Dessa forma, os dados obtidos nos revelam que 20% dos associados participantes da pesquisa encontram-se vinculados à ACCS há pouco mais de 5 anos e 80% entre 8 (oito) a 9 (nove) anos. Também verificamos como os mesmos tornaram-se associados, sendo que 20% por intermédio do secretário da associação, 50% após convite de outros associados, 20% depois da aquisição de cabras leiteiras e 10% com a participação em cursos de capacitação.

Quanto aos requisitos básicos exigidos para tornarem-se associados, as respostas foram: 30% com apresentação de documentos pessoais e a Declaração de Aptidão do Produtor (DAP), 50% ser agricultor, criar caprinos e produzir leite de cabra e 20% não soube responder.

Observando-se através dos dados prestados pelos participantes que a maioria está integrada à associação, após dois primeiros anos de fundação dessa sociedade civil, o que nos faz presumir que esses sujeitos são conhecedores das lutas, conquistas, desafios e outras ocorrências da ACCS.

Ainda acerca da integração dos associados, percebe-se que como requisito básico é exigido a comprovação da prática da agricultura familiar, podendo ser comprovada pela Declaração de Aptidão do Produtor (DAP) - documento expedido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) instituição local, comprovando se os sujeitos são agricultores e exercem atividades apenas nessa área.

Estes dados são coerentes com o exposto no Artigo 3º do *Estatuto* da Associação, que estabelece:

Poderá ingressar na ACCS (...) qualquer pessoa que se dedique à atividade de ovinocaprinocultura por conta própria, em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo, dentro da área de ação da sociedade (...) que não pratique outra atividade, que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE CAPRINOS DE SUMÉ, 2002, p. 3).

É relevante ainda mencionar, segundo Lima e Silva (2012), a Declaração de Aptidão também possibilita o acesso a determinadas políticas públicas, como por exemplo, às linhas de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que apoiar os agricultores familiares e financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, tendo as baixas taxas de juros de financiamento rurais.

Entretanto, Motta (2007) afirma que existem algumas questões comum na agricultura familiar como a dependência de agricultores(as) das exigências do mercado quanto ao tipo de produto, a restrição da produção a poucos produtos tem conseqüências em várias esferas.

Nessa linha, perguntamos aos participantes quanto à produção e a comercialização de produto, nos foi informado que os associados à ACCS fornecem leite de cabra *in-natura* para a usina beneficiamento de leite de cabra da Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos (AGUBEL), que recebe também o leite de cabra de outras associações da região do Cariri Paraibano. A usina recebe de cada associado um limite de 17 litros de leite por dia. No caso, os 54 (cinquenta e quatro) produtores que são associados da ACCS produzem juntos uma média mensal de aproximadamente 29. 654 (vinte e nove mil seiscentos cinquenta e quatro) litros de leite.

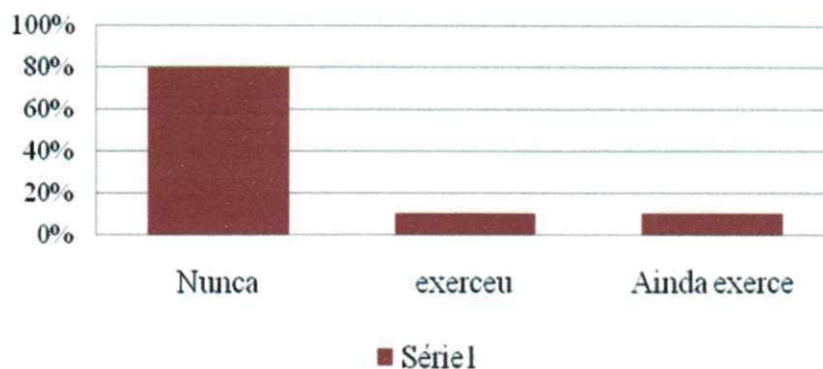
Nessa usina o leite é pasteurizado e comprado pelo Programa Leite da Paraíba, pagando o valor de aproximadamente um real e quarenta e cinco centavos (R\$1,45) por litro do leite. “O pagamento dos produtores é feito diretamente em conta bancária sendo gerenciado pelo governo do Estado e pela Fundação de Ação Comunitária – FAC.” (MENESES E GOMES, 2012, p. 10).

O leite de cabra *in-natura* é atualmente o único produto comercializado pelos produtores de leite de cabra associados, apesar de ter a intenção de criar outros meios para a produção que, conforme Estatuto da ACCS (2002, p. 2), seria “abatedouro frigorífico, unidades de beneficiamento e industrialização de carne, leite e couro advindos da produção dos associados.”

Ademais, questionamos os associados sobre a ocupação de alguma função/cargo na associação, obtivemos o resultado que se apresenta na figura 6 a seguir.



**Figura 6: Exerce cargo/função na associação**



Fonte: Elaborado pelo autor

A figura 6 mostra que 80% nunca ocuparam algum cargo, 10% exerceram alguma função, 10% ainda exercem algum cargo. Apesar de o Estatuto (2002, p. 3) estabelecer no Artigo 8º que “o associado tem direito a: votar e ser votado para membro de Conselho de Administração ou Fiscal da Associação.”

Em torno dessa questão, foram indagados se desejaria ocupar alguma função/cargo na associação, os participantes apresentaram os resultados e esclarecimentos que aparecem no quadro abaixo.

**Quadro 01: Desejo em ocupar cargo/função na associação**

OPÇÕES	PERCENTUAL	ESCLARECIMENTOS
<b>Sim</b>	20%	Exercem
<b>Não</b>	80%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- De maneira nenhuma</li> <li>- Não tem disponibilidade</li> <li>- Por ser analfabeto</li> <li>- Está satisfeito com o que faz por não ter facilidade para lidar com o público</li> <li>- Pobre não tem vez</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

Verificamos através do quadro que o percentual atingiu 80% de respostas negativas. Este dado revela que os sujeitos investigados não objetivam ocupar cargo/função na associação, visto que alguns “não tem disponibilidade” ou está satisfeito com o que faz e outros, consideram-se incapazes para assumir a responsabilidade de cargo ou função. Como se pode perceber nos esclarecimentos que eles apresentaram, por caracterizar-se como analfabeto e pobre.



Constatamos pelas respostas que esses sujeitos, apesar estarem associados à ACCS há certo tempo, não foram libertados da condição de oprimidos. Porém, sabemos que essa concepção pode ser mudada através da educação, sendo assim, deve-se ofertar, segundo Freire (1987), a educação libertadora que liberta os oprimidos e, isto acontece quando os sujeitos são autocríticos e reflexivos, isto é, analisam a si próprios e problematizam a realidade e suas relações sociais. Para tanto, a educação libertadora visa o processo de conscientização dos sujeitos.

Perguntamos aos sujeitos investigados se o modo de trabalho associado é diferente do trabalho capitalista que faziam antes de associa-se à ACCS. Obtivemos as respostas que aparecem no quadro a seguir.

**Quadro 2:** Trabalho associado e trabalho capitalista

OPÇÕES	PERCENTUAL	ESCLARECIMENTOS
<b>SIM</b>	<b>50%</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Antes trabalhava para fora, no trabalho alugado. Hoje cuido dos meus animais e da produção.</li> <li>- Por que trabalhava para terceiros. Hoje, tomo conta da minha própria produção, eu trabalho pra mim mesmo</li> <li>- Atualmente, faço o meu próprio trabalho, eu trabalho pra mim mesmo.</li> <li>- Antes, eu não comercializava a produção</li> </ul>
<b>NÃO</b>	<b>50%</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não vale apena.</li> <li>- Porque continuo trabalhando na agricultura</li> <li>- Apenas mudou o sistema de associação</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro 2 aponta a divergência de opinião com igual percentual de repostas, sendo que 50% afirmativas e 50% negativas.

Percebe-se que este percentual de sujeitos não enxerga diferenças no trabalho que realiza como associado. Enquanto, observa-se que os esclarecimentos apresentados pelos associados do percentual de afirmativas demonstram que eles são conscientes da mudança que o trabalho associado lhes proporcionou, quando afirmam que gerenciam seu próprio trabalho e a forma de produção, sem trabalhar para terceiros, visto isto em suas falas ao afirmarem que “antes trabalhava para fora, no trabalho alugado”. “Hoje cuido dos meus animais e da produção.”

Assim, podemos refletir a partir de Singer (2005) e Tiriba (2008) que a agricultura familiar como prática de trabalho dos associados investigados tem promovido uma outra

cultura no modos de produção, principalmente, a emancipação do ser humano e do trabalho. Dessa forma, constatamos que metade do percentual de participantes desta pesquisa tem experiências com em relação ao princípio do trabalho autogestionário, tendo em vista que eles são agricultores familiares, produtores de leite de cabra que trabalham com seus familiares em suas propriedades, cuidam de seus rebanhos e aprenderam a gerenciar suas próprias produções.

Ainda em relação á prática do trabalho associado, os participantes foram questionados quanto à questão se desejaria ampliar/aperfeiçoar o modo de trabalho atual. Apuramos os seguintes resultados.

**Quadro 3:** Desejo ampliar/aperfeiçoar o trabalho associado

OPÇÕES	PERCENTUAL	ESCLARECIMENTOS
<b>SIM</b>	<b>80%</b>	-Pela necessidade -Aumentar a produção e o preço do leite -Para melhorar renda -Queria mais suporte e melhores condições de trabalho -Aumentaria a renda
<b>NÃO</b>	<b>20%</b>	- Não tem incentivo - Estou satisfeito com o que produzo

Fonte: Elaborado pelo autor

Como pode se observar no quadro 3, as respostas apontam que a maioria dos investigados 80% desejam melhoria no seu modo de trabalho. Isto indica a prática de mais um princípio do trabalho autogestionário, ou seja, a autonomia do trabalho, pois os dados permitem inferir que a maioria dos sujeitos tem a propriedade dos meios de produção, uma vez que, em relação a essa atividade, podem tomar decisões, propor ideias, entre outras coisas.

A propósito, perguntamos aos participantes se as experiências de trabalho dos associados são compartilhadas/discutidas nas atividades (reunião, assembléia e outras) realizadas na associação. O quadro 4 a seguir mostra que as respostas incidiram em:

**Quadro 4:** Socialização das experiências do trabalho associado

OPÇÕES	PERCENTUAL	ESCLARECIMENTOS:
<b>SIM</b>	<b>40%</b>	- Discutindo melhorias para o nosso trabalho; - Todos tinham o direito de expor ideias.

		- De acordo com o andamento das conversas. - Os produtores compartilham os problemas que acontecem com seus rebanhos e buscam as soluções.
NÃO	60%	Não foi informado

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir desses, constata-se que a socialização de experiências do trabalho associado é uma prática realizada apenas pela minoria que atingiu o percentual de 40%. A maioria dos participantes, cerca de 60% não costuma socializar suas experiências de trabalho.

Verifica-se a partir das respostas apresentadas pelo menor percentual, que os momentos de socialização experiências constituem oportunidade para discutir melhorias e compartilhar possíveis soluções para os problemas. O que nos permite afirmar que esse processo contribui para construção de novos saberes e o desenvolvimento do trabalho de todos os associados envolvidos.

Conforme dizem Tiriba e Fisher (2009, p. 2-3):

As experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Essas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmenta dos pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de novo tipo.

Assim, o trabalho associado é fonte de construção de saberes e de novas práticas sociais, tendo por finalidade a emancipação do trabalho e a valorização do ser humano, promovendo mudanças significativas em relação ao modo de produção e consumo e atender as necessidades humanas fundamentais, tais como educação, saúde e outras melhorias de vida.

Nesse sentido, ao investigarmos quanto às mudanças nas condições de vida dos sujeitos, depois do trabalho associado, obtivemos as informações que aparecem no quadro 5.

**Quadro 5:** Mudanças nas condições de vida dos associados

OPÇÕES	PERCENTUAL	ESCLARECIMENTOS
SIM	70%	- Mas tinha vontade de ser melhor - Mas poderia ser bem melhor - Mudou a renda e a liberdade no trabalho - Antes os custos com o manejo dos animais eram altos e o excedente era pouco.

		Algumas coisas sim como o horário de trabalho e o tempo livre, mas financeiramente mudou pouco
<b>NÃO</b>	<b>30%</b>	Não foi informado

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir dos dados no quadro acima, observamos que a maioria 70% dos associados declara mudanças positivas nas condições de vida, enfatizando a renda e a liberdade no trabalho bem como explicitaram o desejo de outras melhorias.

No que se refere à rotina de atividades da associação, o gráfico 6 mostra que os dados obtidos junto aos sujeitos investigados revelam o seguinte resultado.

**Quadro 6:** Rotina de atividade(s) da associação

<b>OPÇÕES</b>	<b>PERCENTUAL</b>	<b>ESCLARECIMENTOS</b>
<b>SIM</b>	30%	- Assembleias e reuniões, mas atualmente, não há mobilização dos associados, por isso, está praticamente desativada. - Antes, tinha Reuniões, assembleias, confraternização, mas agora não.
<b>NÃO</b>	70%	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Estes dados prestados pelos associados, que atingiu o percentual de 70% de respostas negativas, coincidem com os demais participantes 30% de respostas afirmativas que, apesar anunciarem que antes realizava-se algumas atividades na associação como assembleias, reuniões e confraternização, também afirmam que atualmente essas atividades não acontecem.

Os sujeitos participantes, quando questionados sobre a realização de curso de formação/capacitação e a finalidade dos mesmos, nos foi informado que antes (em outra gestão) eles participavam de algum cursos de capacitação sobre o manejo e produção de leite de cabra, objetivando para melhorar o trabalho, a produção a produção do leite e repassar informações para os associados. Embora, afirmem que atualmente esses tipos de atividades não mais acontecem.

Esta constatação é coerente com as informações prestadas pelos participantes, quando questionados sobre a frequência de realização de atividades (reunião, assembléia, outras) na associação, sendo 70% das respostas negativas. Este dado comprova, segundo a opinião, que

há muito tempo na associação não se realiza nenhuma dessas atividades. Acredita-se, portanto, que esta situação desenvolve outros processos negativos na ACCS.

Nessa linha, indagamos aos participantes quanto à participação dos associados na(s) atividade(s) da associação, as respostas apresentaram os seguintes dados.



Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados da figura 7 nos permitem observar que nem todos os associados participam das atividades na associação, por que há uma frequência apenas de 30% que sempre frequenta. Entretanto, 10% participa frequentemente, 40% algumas vezes e 20% nunca participou de atividades na ACCS.

Solicitados a informar sobre a elaboração de projetos financiados na associação, a partir dos seguintes questionamentos: A associação tem projetos financiados? Quais são os órgãos financiadores? Você participa da elaboração dos projetos financiados? Quais são os projetos financiados e como eles são elaborados? Qual o objetivo de elaborar projetos financiados? Através desses questionamentos referentes à elaboração de projetos, obtivemos resultados e esclarecimentos, conforme o quadro 7.

**Quadro 7:** Projetos financiados na associação

OPÇÕES	PERCENTUAL	ESCLARECIMENTOS
<b>SIM</b>	30%	- Tinha para a fábrica de ração, mas desapareceu do mapa. - Soube de um para fábrica de ração, mas está só no papel.
<b>NÃO</b>	70%	Não foi informado

Fonte: Elaborado pelo autor

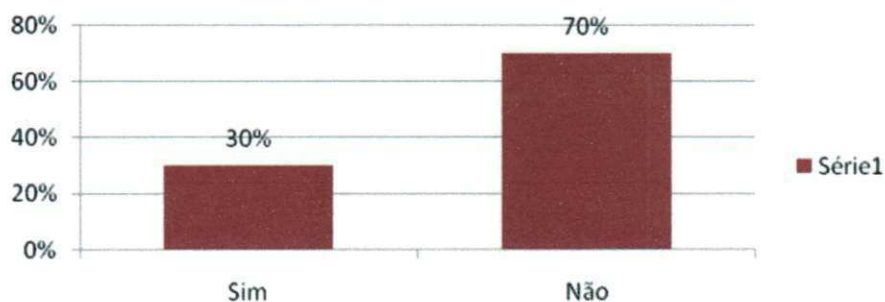


Este quadro demonstra que em relação à elaboração de projetos financiados na associação, houve o maior percentual de participantes 70% para as respostas negativas, sendo que 30% afirmam. O que influencia afirmar que a associação tem projetos financiados, porém não chegou ao conhecimento de todos os participantes desta pesquisa. É relevante enfatizar que os esclarecimentos apontam a finalidade desse tipo projeto para a criação de uma fábrica de ração, entretanto, constata-se a partir dos esclarecimentos dos sujeitos que esse projeto apenas ficou no papel.

No que se refere à participação na elaboração de projeto(s), constatou-se que 90% não participaram desse tipo de prática. Isto implica dizer que, mesmo que na associação se elabore projetos, mas não se realiza essa ação com a coletividade, ou seja, nunca envolve a participação de todos os associados.

Quanto à indagação: A associação estimula a participação dos associados no processo de tomada de decisões? Coletamos os seguintes resultados.

**Figura 8: Participo na tomada de decisões na Associação**

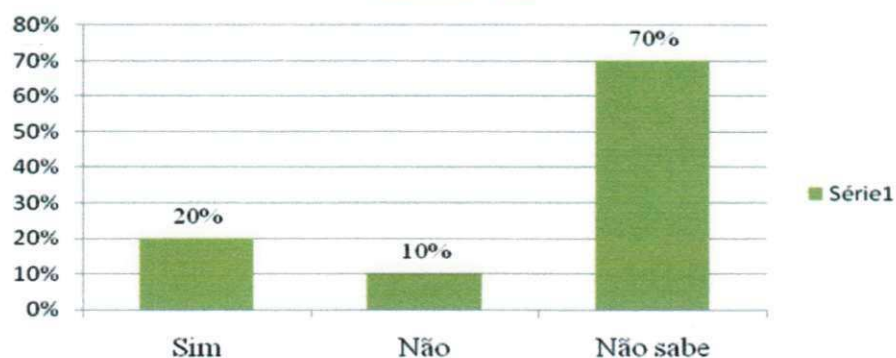


Fonte: Elaborado pelo autor

Através dos dados expostos na figura 8, pode-se dizer que grande maioria dos associados investigados, que atingiu percentual de 70%, não participa na tomada de decisões na associação. Dessa forma, percebe-se que na ACCS os associados participantes não desenvolvem a prática da gestão democrática que é elemento de fundamental importância no trabalho associado, que realizada com a participação de todos em todas as atividades.

Também, averiguamos junto aos participantes se a Associação tem pretensões em ampliar/aperfeiçoar suas atividades. A figura 9 mostra que as respostas incidiram em:

**Figura 9: Ampliação de atividades na Associação**



Fonte: Elaborado pelo autor

Como mostra a figura, grande maioria dos associados investigados 70% desconhece as expectativas de ampliação de atividades na associação.

Em geral, os dados prestados pelos participantes demonstram que a associação está quase inativa em relação à realização de práticas educativas (projeto, reunião, assembléia, entre outras) conforme os sujeitos afirmaram “está praticamente desativada”. Além disso, constata-se com base na fala dos associados que não há mobilização dos associados em relação à ausência da rotina de atividades na ACCS.

Por fim, solicitamos ainda aos associados participantes desta pesquisa se gostariam de apontar sugestões que possam contribuir para a melhoria das atividades na associação. Sendo assim, coletamos os resultados e esclarecimentos que a parecem no quadro 8.

**Quadro 8: Sugestões dos associados**

OPÇÕES	PERCENTUAL	SUGESTÕES:
SIM	60%	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Muitas coisas precisam melhorar, inclusive, a ação do presidente</li> <li>-Retomar as atividades</li> <li>-Fazer reuniões sempre</li> <li>- Deveria haver pessoas carismáticas que estimulassem a autoestima e o amor a ocupação e não trabalhar só para sobreviver.</li> <li>-Uma associação voltada para a agricultura familiar e a retirada de fazendeiros</li> <li>-Reuniões mensalmente para discutir melhores condições de desenvolvimento na área de produção e comercialização. Como também, a construção de projetos que venha beneficiar a vida de nós produtores rurais.</li> </ul>
NÃO	40%	Não foi informado

Fonte: Elaborado pelo autor

No quadro, verificamos que 60% dos participantes aceitaram dar sugestões para a melhoria da associação. Com se pode observar, eles apresentaram várias propostas que visam mudanças positivas, principalmente, para a situação atual da ACCS, desde forma de atuação da gestão e administração, retomar rotinas de atividades ( reuniões e projetos).

Ainda baseado nas respostas, notamos também o desejo de mudança da associação em relação a outros aspectos, visto que: “Deveria haver pessoas carismáticas que estimulassem a autoestima e o amor a ocupação e não trabalhar só para sobreviver. Percebemos assim, que a ACCS precisa desenvolver atividades que estimulem os sócios e promovam convivências de fraternidade entre os associados no trabalho associado.

Além disso, verificamos que o interesse dos associados em de fato tornar as atividades da associação voltadas para a agricultura familiar, objetivando “beneficiar a vida de nós produtores rurais,” sugerindo-se “a retirada de fazendeiros.”

Portanto, constatamos a necessidade de práticas educativas que favoreçam ao desenvolvimento trabalho associadas na ACCS. Por que de acordo com Adams (2010), o trabalho associado deve seguir a lógica da Economia Solidária, negando o princípio básico do capitalismo, a partir da recriação do mundo do trabalho voltado à satisfação das necessidades humanas fundamentais. Assim, acreditamos segundo Singer (2005) o trabalho associado na ACCS deve corresponder a outro modo de economia, caracterizando-se pelo conjunto de ações de caráter cooperativo, solidário, participação igualitária, e autogestionário, sendo necessário promover a formação emancipadora dos sujeitos envolvidos.

### **3.3. Que práticas educativas contribuem para o trabalho associado na ACCS?**

Notamos a partir dos dados obtidos juntos aos participantes da pesquisa a necessidade da realização de práticas educativas que favorecem ao trabalho associado na ACCS. Haja vista que, as práticas educativas do trabalho associado da ACCS praticamente sem acontecerem, ou seja, não se realiza rotina de atividades como (projeto, reunião, assembléia, entre outras). Ainda quanto a essa ausência de ações, os participantes apontaram que essa associação “está praticamente desativada”.

Embora, no Estatuto da Associação de Criadores de Caprinos de Sumé (2002, p. 2), encontre-se no inciso 2 do Artigo 2º a seguinte declaração: “ promoverá, mediante convênio com entidades especializadas, públicas e privadas, o aprimoramento técnico - profissional de seus associados, (...) e empregados, participando de campanhas ecológicas, (...) e meios de produção.”

Apesar de existir algumas iniciativas ligadas aos princípios de Economia Solidária como a agricultura familiar que estimula o agricultor e sua família a cuidarem de sua própria produção; o compartilhar das experiências de trabalho, a integração dos sujeitos, a comercialização de produto local. Por sua vez, constatamos que as práticas do trabalho associado apresentam fortes características dos princípios capitalistas, tais como: não promover rotina de atividades e cursos de capacitação, a baixa frequência de participação dos associados nas atividades e na tomada de decisão, entre outras.

Diante disso, vemos que o desafio da ACCS não será apenas fazer com o modo de trabalho associado aconteça de forma efetiva na associação. Mas também, deverá promover sujeitos autônomos, criativos, colaborativos, cooperativos, reflexivos, críticos, emancipados e solidários. Mas afinal, que perfil de associados é capaz de alimentar esse processo nessa associação?

Inicialmente, entendemos de acordo com Singer (2005) que a prática da Economia Solidária exige a (re)educação das pessoas, uma vez que, elas foram formadas em um sistema capitalista que prega a competitividade, autoritarismo e a exploração de produção, ou seja, sem princípios de solidariedade.

Seguindo esta lógica de pensamento Singer (2005, p. 17) argumenta que:

Os que se formam em um meio em que prevalece a Economia Solidária vivem desde cedo situações definidas por comportamentos recíprocos de ajuda mútua. Aprenderão que as pessoas diferem, mas que essas diferenças provêm do meio e da educação; que ninguém é tão forte que não precise de auxílio dos outros e que a união faz a força. São levados a perceber que a desigualdade social e econômica não é natural e nem decorre da superioridade de quem tem e manda sobre quem nada tem e obedece. Que a desigualdade é ruim e injusta e que ela só pode ser abolida pela prática da solidariedade entre homens.

Sob essa ótica, concordamos com Amaral (2012, p. 7) quando afirma que: “As associações devem proporcionar educação e formação. Os dirigentes eleitos devem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento da comunidade.” Também, compreendemos segundo Adams (2010), que no campo da Economia Solidária, o ato educativo libertador compreende o processo que promove a libertação entre humanos com relação ao modo de produção capitalista, exigindo uma postura de autonomia dos protagonistas, ou seja, sujeitos emancipados. Então, qual será o tipo de educação necessária para essa formação ampla do cidadão?

Pensando essa questão em relação aos associados investigados, que são agricultores familiares de baixa renda, tendo idade entre 20-50 anos e a maioria com escolaridade básica



incompleta. Vê-se a necessidade de educação de base popular, como EJA, que segundo Gadotti (1999, p. 24): Hoje, uma das expressões mais vivas da educação popular [...]” Como bem visto que no parecer CEB/CNE nº 11/2000 o qual assegura que:

A educação de jovens e adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura.

Assim, a EJA assume o caráter pedagógico da Educação Libertadora que se fundamenta no Campo da Educação Popular, para explicar os métodos: o diálogo, a conscientização, e a libertação, meios pelos quais Paulo Freire (1987) enfatizava a necessidade e a importância de uma prática educativa que assume um papel fundamental no contexto de formação permanente do ser humano, ou seja, educação ao longo da vida.

Esta perspectiva de educação é relevante para os sujeitos participantes desta pesquisa, visto que se encontram à margem do processo educacional e, portanto, distantes da condição de usufruir direitos de plena cidadania, etc. Para tanto, as práticas pedagógicas da EJA, que podem ser desenvolvidas com eles, devem visar a superação do (pré)conceito do jovem e adulto trabalhadores como analfabetos ou vazios de conhecimentos.

Dessa maneira, entende-se que nesta modalidade educacional deve diferenciar da Educação de Criança, que pela sua condição de criança, tem pouca experiência de vida entre outros fatores. Já os Jovens e os adultos têm uma bagagem maior no que se refere à experiência e conhecimento acumulados nos seus distintos campos de atuação e interação como o trabalho, a família, a convivência social e comunitária, da vida religiosa, etc.

Dessa maneira, concordamos com Sousa (2008), quando afirma que a educação compreende processos educativos, seja no espaço da educação formal, informal e não formal, como uma troca de conhecimentos e de transformação, no qual os sujeitos envolvidos são ambos portadores de saberes. Assim, a educação está presente em todas as relações humanas, ou seja, as práticas educativas sucedem em vários espaços da sociedade.

Como visto, no perfil dos associados participantes desta pesquisa, que apesar de baixo grau de escolaridade, são adultos e têm várias experiências, inclusive, de um modo trabalho. Sendo assim, a ACCS precisa integrar seus associados aos processos educativos que poderão contribuir para a formação integral desses sujeitos, tornando-as conscientes, emancipadas e capazes de problematizar, ressignificar e transformar a realidade. Portanto, torna-se preciso



considerá-los como pessoas possuidoras de saberes ou conhecimento popular acumulado de décadas de vida e trabalho (ARRUDA, 2005).

Assim, é importante considerar que a educação destinada aos associados investigados precisa está relacionada com a realidade de vida e o modo de trabalho dos mesmos. Para tanto, acreditamos que a ACCS deverá realizar rotinas de atividades (assembleias, reuniões, cursos de capacitação e outras) para tornar o trabalho associado desta associação um espaço onde a finalidade não será apenas repasses de informações, mas também, como momentos de encontro de todos para a troca de experiências, construção de sonhos, perspectivas, integração e participação dos associados, o exercício da democracia, visando juntos à melhoria do trabalho dos associados e dessa sociedade civil. Além disso, deve promover atividades e situações em exercitem a prática do amor e do respeito mútuo, no sentido de resgatar o valor da amizade e do companheirismo entre sócios.

Para tanto, torna-se necessário “casar” Trabalho e Educação visando o ser humano e o trabalho emancipado. Neste processo, concorda-se com Tiriba e Fisher (2012) que enfatizam o trabalho associado e autogestionário como princípio educativo na constituição de novas relações econômico- sociais, políticas e culturais.

Nesse sentido, o trabalho associado deve promover aos sujeitos envolvidos, de acordo com Tiriba (2008):

Uma cultura do trabalho de novo tipo tem como pré-requisito a propriedade e posse coletiva dos meios de produção, o controle sobre o processo e o produto do trabalho e, que aforça de trabalho deixe de ser uma mercadoria. Para que ela se constitua na sua plenitude é preciso também romper com sistema capital. (Tiriba, 2008, p. 20)

Para Novaes e Castro (2011), esse tipo trabalho contempla processos de construção das relações de produção para além do Capital. Por isso, Gadotti (2005) afirma que todos os envolvidos com essa forma de trabalho precisam ser formados para gestão coletiva do próprio empreendimento. Sendo assim, esse tipo de trabalho configura ainda de acordo com Tiriba (2008, p. 20 ):

um processo práxico-educativo de criação de novas concepções de mundo, a produção associada é uma ‘escola’ que pode contribuir não apenas para driblar o desemprego e outras contradições entre capital e trabalho, mas para que a classe trabalhadora descubra que o capitalismo não é um sistema inexorável.

O trabalho associado como princípio da Economia Solidaria configura também um campo de formação onde trabalhadores e trabalhadoras são protagonistas do fazer coletivo plantado por vivências educativas de ensino e aprendizagem.

Portanto, acreditamos que a realização de práticas educativas no âmbito da Associação de Criadores de Caprinos de Sumé, que relacione educação e trabalho associado, pode propiciar aos associados experiências e vivências dos princípios do trabalho associados, tais como: a democracia, autogestão, cooperação, participação, autonomia e emancipação, integração e a solidariedade. Como podemos notar são muitos os princípios que caracterizam esse modo de Economia Solidária, sendo inviável atendê-los a curto prazo.



## CONCLUSÃO

Em geral, o presente trabalho teve como propósito investigar as práticas educativas que contribuem para o trabalho associado na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé (ACCS). Vimos, portanto, que o trabalho associado dessa entidade vem proporcionando trabalho, renda e a organização de um povo, porém ainda não superou a cultura capitalista em suas práticas.

Apesar de existir algumas iniciativas ligadas aos princípios de Economia Solidária, tais como: a caprinocultura leiteira como fonte de geração de trabalho, renda e sobrevivência de um povo na sua própria terra/ no seu lugar. Além de estimular o modo autônomo e autogestionário de trabalho, tendo em vista que, os associados investigados são agricultores familiares - produtores de leite de cabra, que aprenderam a cuidar de sua própria produção, uma vez, que os dados nos revelam que os mesmos apontam que houve mudanças de vida e forma de trabalho depois de associarem-se à ACCS. Outra expectativa é o fato de a maioria dos investigados compartilhar suas experiências de trabalho.

Por outro lado, grande parte das ações desenvolvidas na Associação de Criadores de Caprino aponta fortes tendências do sistema capitalista, entre elas: constatamos que os sujeitos investigados, mesmo com o fato de estarem integrados à ACCS, ainda pensam e agem com individualismo, pois os resultados obtidos mostram a baixa frequência de participação desses associados nas atividades e na tomada de decisão. Também, verificamos que a ACCS não promover rotina de atividades educativas e cursos de capacitação para os sócios, não estimula a participação dos mesmos.

Diante disso, vimos que o desafio da ACCS não será apenas fazer com o modo de trabalho associado aconteça de forma efetiva na associação. Mas também, deverá promover sujeitos autônomos, criativos, colaborativos, cooperativos, reflexivos, críticos, emancipados e solidários.

Para tanto, deve-se buscar, de acordo com Silva (2008), por “vivências educativas de ensino e aprendizagem em bases de uma educação popular [...]” Enfatiza-se assim, a importância de práticas educativas que relacione educação de base popular e trabalho associado para subsidiar mudanças no âmbito da ACCS. Ou seja, que possa propiciar aos associados experiências e aprendizagem dos princípios da Economia Solidária, tais como: a autogestão, a cooperação, a solidariedade, objetivos comuns, ação econômica, democracia

participativa, o desenvolvimento comunitário, o cuidado com o meio ambiente, a educação, a preocupação com o bem viver de todos.

Portanto, fica claro de acordo com Singer (2005), que a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Esta educação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo para a transformação social que objetiva uma sociedade mais humana, inclusiva e democrática, onde o ser humano seja o sujeito. Assim, o trabalho associado como prática de Economia Solidária é exatamente importante pelo seu caráter contrário ao apresentado nas relações sociais trabalhistas capitalistas.



## REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010, p. 7-190.

ARRUDA, Marcos. Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares. In.: **Seminário Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação Universidade Católica do Salvador e CAPINA – Dezembro de 2006**, p. 1-26. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc)>. Acesso: 11 jul. 2013.

ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE CAPRINOS DE SUMÉ. **Estatuto**. Sumé-Paraíba, 2002.

\_\_\_\_\_. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In.: KRUPPA, Sonia M. Portella. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2005, p. 31-40. Disponível em: <[http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BD85647A6-2A37-4FD2-A4F6-20DD186E0A71%7D\\_econ\\_solidaria\\_educacao\\_JA.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BD85647A6-2A37-4FD2-A4F6-20DD186E0A71%7D_econ_solidaria_educacao_JA.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2013.

BRANDÃO, C. R. A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora. In.: MACHADO, M. M. (Org.) **Formação de educadores de jovens a adultos: II Seminário Nacional**. Brasília: MEC/SECAD, Unesco, 2008. p. 17-56. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/livrossegsemi.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985. Disponível em: <[http://pt.scribd.com/doc/39369244/O-que-e-Educacao-brandao-carlos Rodrigues](http://pt.scribd.com/doc/39369244/O-que-e-Educacao-brandao-carlos-Rodrigues)>. Acesso em: 8 fev. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação/Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: 2000, p. 1-58. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/internet.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

\_\_\_\_\_, Senado Federal/Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional/LDB. Lei 9394/1996**. 5ª ed. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.bd.camara.gov.br>. Acesso em: 13 fev. 2013.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas? In.: LINS, Lucicléa Teixeir; OLIVEIRA, Verônica L. Batista. [orgs.]. **Educação Popular e Movimentos Sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2008, p. 225-240.

CERVO, A. e L.; BREVIAN. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

FIGUEIREDO, A. M.; SOUZA, S. R. G. Métodos e Técnicas de Pesquisa. In.: **Como elaborar projetos monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 89-128.

\_\_\_\_\_. **Elaboração do Projeto**. In.: **Como elaborar projetos monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 128- 174.

FRANTZ, Walter. **Educação e cooperação: práticas que se relacionam**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 242-264. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/868/86819569011.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, p.7- 53. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulo\\_freire\\_conscientizacao.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulo_freire_conscientizacao.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Educação de adultos: algumas reflexões**. In.: GADOTTI, M.; ROMÃO, José E. [Orgs]. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12ª ed. São Paulo:Cortez, 2011, p. 21-24.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987, p. 5-107. Disponível em:<[http://portal.mda.gov.br/portal/arquivos/view/livros/Pedagogia\\_do\\_Oprimido.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/arquivos/view/livros/Pedagogia_do_Oprimido.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2013.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009, p. -137. Disponível em: <[http://www.acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/.../FPF\\_PTPF\\_12\\_045.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/.../FPF_PTPF_12_045.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Paulo Freire e a Educação Popular**. 1999, p. 21-27. Disponível em:<[http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1\\_gadotti.pdf](http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_gadotti.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

GOHN, Maria da Glória. A relação movimentos sociais e educação. In.: \_\_\_\_\_.**Movimentos sociais na contemporaneidade**. Caxambu, MG: Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011, p. 333 - 513. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782011000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782011000200005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 22 mar. 2013.

MAIA, Daniel Henrique dos Santos et al. **As alternativas propostas pela economia solidária, para o desenvolvimento econômico e social, com sustentabilidade e geração de renda**. 2008, p. 1-16. Disponível em: <[http://base.socioeco.org/docs/alternativas\\_economia\\_solid\\_ria.pdf](http://base.socioeco.org/docs/alternativas_economia_solid_ria.pdf)>. Acesso em: 9 abr. 2013.

MENESES, Valdênio Freitas; GOMES, Ramonildes Alves. **A caprinocultura no Cariri paraibano: políticas públicas, associativismo e relações de poder**. IN.: XV CISO – ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE PRÉ-ALAS BRASIL. Teresina - PI.: 2012.

NASCIMENTO, Claudio. **Experimentação autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão.** 2011, p. 7-22. Disponível em:< <http://cirandas.net/recapes/biblioteca/cartilha-autogestao.pdf>>. Acesso em: 8 jun 2013

NOVAES, Henrique T.; CASTRO, Mariana. Em busca de uma pedagogia da produção associada. In.: BENINI, Édi. et al. [orgs]. **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária.** 1ª. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.125-166. Disponível em:< [http://cajui.uft.edu.br/gpsociedade/wp-content/uploads/2013/06/Gestao-publica-e-sociedade\\_vol-1.pdf](http://cajui.uft.edu.br/gpsociedade/wp-content/uploads/2013/06/Gestao-publica-e-sociedade_vol-1.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2013,

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** 16ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-70.

POLINI, Ilza Nunes da Cunha. **Pedagogia da produção associada: as relações educativas construídas no processo de autogestão do trabalho.** GT2-Control social dos Meios de Produção - UFMT. 2011, p. 1-10. Disponível em:< <http://www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/306.pdf>>. Acesso em:20 jul. 2013.

REDE DA SUSTENTABILIDADE. **O que é sustentabilidade.** Disponível em<<http://www.sustentabilidade.org.br/>>. Acesso em 01 jun 2013.

RODRIGUES, Deneusa Luzia; TAMANINI, Elizabete. **Educação não formal e movimentos sociais: práticas educativas nos espaços não escolares.** In.: IX ANPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Programa de Mestrado em Educação - UNIVILLE. 2012, p. 1-6. Disponível em:< [http://www.ucs.br/ucs/tplAnped2011/eventos/anped\\_sul\\_2012/programacao/anped.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tplAnped2011/eventos/anped_sul_2012/programacao/anped.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

SCHMITZ, Vera Regina. **Economia Solidária como alternativa à globalização da economia.** Disponível em: <<http://fepoliticaetrabalho.blogspot.com.br/2010/economia-solidaria-como-alternativa.html>>. Acesso em: 04 maio 2013.

SILVA, Luiz Antônio Coelho da; COSTA, F. da. **Breve comentários sobre o desenvolvimento local e a economia solidária: um estudo do projeto Mandalla em Cuité-Paraíba,** 2010, p. 4-5.

SILVA, Nelsânia Batista da Silva. Educação popular, subjetividade e as perspectivas para uma economia Solidária. In.: In.: LINS, Lucicléa Teixeir; OLIVEIRA, Verônica L. Batista. [orgs.]. **Educação Popular e Movimentos Sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber.** João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2008, p. 79-121.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In.: KRUPPA, Sonia M. Portella. (Orgs.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2005, p. 13-20. Disponível em:<[http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BD85647A6-2A37-4FD2-A4F6-20DD186E0A71%7D\\_econ\\_solidaria\\_educacao\\_JA.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BD85647A6-2A37-4FD2-A4F6-20DD186E0A71%7D_econ_solidaria_educacao_JA.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 7-127.

SOUSA, Dábia Suênia da Silva. **A Associação das Antigas alunas Doroteias: trabalho e educação na construção do saber**. In.: LINS, Lucicléa Teixeira; OLIVEIRA, Verônica L. Batista. [orgs.]. **Educação Popular e Movimentos Sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2008, p. 21-37.

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa**. PERSPECTIVA - Revista do Centro de Ciências da Educação / UFSC, Florianópolis, no. 27, Volume 26, n. 1, jan./jun. 2008, P. 69-94. Disponível em:<[http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2/Cultura\\_de\\_trabajo\\_Tiriba.pdf](http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2/Cultura_de_trabajo_Tiriba.pdf)>. Acesso: 6 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado**” In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis/RJ: p. 189-216. Acesso em: 04 maio 2013.

\_\_\_\_\_. FISCHER, Maria Clara. **Saberes do trabalho associado**. In CATTANI, Antonio D., LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio e HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 293-298. (ISBN 978-972-40- 722-6). Disponível em:< <http://www.ceeja.ufscar.br/saberes-do-trabalho.-tiriba-e-ficher>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

VARGAS, Marilene M. Z. **As práticas pedagógicas docentes no uso das TICs junto ao PROEJA do IFRS – Campus Bento Gonçalves**. 2009. 19 f. Trabalho de conclusão (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, Bento Gonçalves, 2009. p. 4-21. Disponível em:< [http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20105112450515marilene\\_maria\\_zeni\\_vargas.pdf](http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20105112450515marilene_maria_zeni_vargas.pdf)>. Acesso em: 6 jun 2013.

VIERO, Anézia **A relação da educação de jovens e adultos com a educação popular**. CMET Paulo Freire: 2009. Disponível em:< [http://pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/eja/Educacao\\_de\\_Jovens\\_e\\_adultos\\_e\\_educacao\\_popular\\_Anezia\\_Viero.pdf](http://pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/eja/Educacao_de_Jovens_e_adultos_e_educacao_popular_Anezia_Viero.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2013.



**APÊNDICES**

UFCG-BIBLIOTECA

## **APÊNDICE 1: TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

**Título do projeto:** Práticas educativas e Trabalho associado da Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé (ACCS)

**Pesquisador responsável:** Damião dos Santos Lopes

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Campina Grande - UFCG/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA/ Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

**Telefone para contato:** (83) 99313187

**Local da coleta de dados:** Sede Associação Gestora da Usina de Beneficiamento de Lácteos (AGUBEL)

O pesquisador do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através de aplicação de questionário. Concorda, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto e posteriores publicações acadêmicas. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade do pesquisador Damião dos Santos Lopes.

Sumé, 09 de setembro de 2013

---

Pesquisador responsável –

CPF.: 078 - 162 - 634 - 06

---

Participante/colaborador da pesquisa

CPF.: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 2- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

### Bloco de questões I:

#### 1. Perfil

1.1. Sexo:  Masculino  Feminino

1.2. faixa etária: 20-30anos  30-40anos  40-50anos  Mais de 50 anos

1.3. Estado civil: Solteira/o  Casada/o  Companheira/o  Separada/o ou Divorciada/o  Viúva/o .

1.4. Tem filhos: Sim  Não  Quantos? \_\_\_\_\_

#### 1.5. Escolaridade:

alfabetização

Ensino médio:  completo  
 incompleto

Fundamenta I:  completo  
 incompleto

Ensino Superior:  Completo  
 incompleto

Fundamental II:  completo  
 incompleto

Outra(s) \_\_\_\_\_

**Observação:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1.6. Profissão: \_\_\_\_\_

#### 1.7. Grau de satisfação na profissão:

Satisfeito

Moderadamente satisfeito

Pouco satisfeito

insatisfeito

Pouco insatisfeito

#### 1.8. Renda familiar:

Até 01 salário mínimo  01 a 03 salários mínimos  04 a 10 salários mínimos

10 a 20 salários mínimos  acima de 20 salários mínimos

### Bloco de questões II:

1. Quando e como se tornou associado da Associação de Criadores de Caprinos de Sumé?

2. Qual(is) o(s) requisito(s) básico(s) para se tornar associado da ACCS?
3. O que é produzido e como é feita a comercialização de produto(s)? R/ \_\_\_\_\_
4. Além de ser associado, você ocupa alguma função/cargo nessa associação?  
Sim ( ) Não ( ) Qual? \_\_\_\_\_.
5. Em caso negativo, responda: desejaria ocupar alguma função/cargo nessa associação?  
Sim ( ) Não ( ) Porquê? \_\_\_\_\_
6. O seu modo de trabalho hoje como associado se diferencia do que fazia antes de associar-se na Associação de Caprinos de Sumé?  
Sim ( ) Não ( ) Porquê? \_\_\_\_\_
7. Você desejaria ampliar/aperfeiçoar seu modo de trabalho atual?  
Sim ( ) Não ( ) Porquê? R/ \_\_\_\_\_
8. Socializa as experiências de trabalho dos associados são compartilhadas/discutidas nas atividades (reunião, assembléia e outras) realizadas na associação? Sim ( ) Não ( )  
Em caso afirmativo, explique como acontece?  
R/ \_\_\_\_\_
9. Houve mudanças nas condições de vida, depois de associar-se a ACCS?  
Sim ( ) Não ( ) Porquê? \_\_\_\_\_
10. Além das ações de produção e comercialização de produto(s), a associação tem outra(s) rotina(s) de atividade(s)? Sim ( ) Não ( ) Qual(is)?
11. A associação promove cursos de formação/capacitação? Sim ( ) Não ( )  
Se sim, quais são os cursos? R/ \_\_\_\_\_
12. Qual a finalidade dos cursos promovidos pela associação?  
R/ \_\_\_\_\_
13. Com que frequência ocorre(m) essa(s) atividade(s) na associação?  
( ) Sempre que necessário ( ) Semanalmente ( ) Quinzenalmente ( ) Mensalmente  
( ) Bimestralmente ( ) Outro: \_\_\_\_\_.
14. Grau de participação na(s) atividade(s) da associação:  
( ) Sempre ( ) Frequentemente ( ) Algumas vezes ( ) Nunca

15. A associação tem projetos financiados? Sim ( ) Não ( ) Não sabe ( )

20. Se sim, quais são os órgãos financiadores? R/ \_\_\_\_\_

21. Participa da elaboração dos projetos financiados? Sim ( ) Não ( )

22. Quais são os projetos financiados e como eles são elaborados?

R/ \_\_\_\_\_

23. Qual o objetivo de elaborar projetos financiados?

R/ \_\_\_\_\_

18. A associação estimula a participação dos associados no processo de tomada de decisões. Sim ( ) Não ( )

Se Sim, explique como você participa. R/ \_\_\_\_\_

25. A associação tem pretensões de ampliar/aperfeiçoar suas atividades?

Sim ( ) Não ( ) Porquê? \_\_\_\_\_

26. Gostaria de deixar alguma contribuição que poderia melhorar as atividades da associação? Sim ( ) Não ( ) Qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



Prezado(a) informante,  **muito obrigado pela colaboração!**